



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS E AMBIENTAIS
CAMPUS II – LAGOA SECA
ESPECIALIZAÇÃO EM AGROECOLOGIA**

GERALDA FRANCISCA DA SILVA

**PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO DA ESCOLA MUNICIPAL SANTA LÚCIA -
ARAÇAGI-PB: SUA (RE) CONSTRUÇÃO NA PERSPECTIVA DA
EDUCAÇÃO DO CAMPO**

LAGOA SECA

2016

GERALDA FRANCISCA DA SILVA

**PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO DA ESCOLA MUNICIPAL SANTA LÚCIA -
ARAÇAGI-PB: SUA (RE) CONSTRUÇÃO NA PERSPECTIVA DA
EDUCAÇÃO DO CAMPO**

Trabalho de Conclusão do Curso apresentado à Coordenação do Curso de Especialização em Agroecologia - Residência Agrária, realizado pelo convênio PEC/MSC/PRONERA/INCRA/MST/UEPB no Centro de Ciências Agrárias e Ambientais da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), como requisito parcial à obtenção do título de especialista em Agroecologia - Residência Agrária.

Área de concentração: Agroecologia e Extensão Rural

Orientadora: Profa. Dra. Maria do Socorro Xavier Batista

LAGOA SECA

2016

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

S586p Silva, Geralda Francisca da
Projeto político-pedagógico da escola municipal Santa Lúcia -
Araçagi - PB: sua (re) construção na perspectiva da educação do
campo. [manuscrito] / Geralda Francisca da Silva. - 2016.
82 p. : il. color.

Digitado.
Monografia (Especialização em Agroecologia) - Universidade
Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Agrárias e Ambientais,
2016.

"Orientação: Prof. Dra. Maria do Socorro Xavier Batista,
Departamento de Educação do Campo da UFPB - campus I".

1. Currículo. 2. Movimentos Sociais. 3. Escola I. Título.
21. ed. CDD 370.11

GERALDA FRANCISCA DA SILVA

**PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO DA ESCOLA MUNICIPAL SANTA LÚCIA-
ARAÇAGI-PB: SUA (RE) CONSTRUÇÃO NA PERSPECTIVA DA
EDUCAÇÃO DO CAMPO**

Trabalho de Conclusão do Curso apresentado à Coordenação do Curso de Especialização em Agroecologia - Residência Agrária, realizado pelo convênio PEC/MSC/PRONERA/INCRA/MST/UEPB no Centro de Ciências Agrárias e Ambientais da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), como requisito parcial à obtenção do título de especialista em Agroecologia-Residência Agrária.

Área de concentração: Agroecologia e Extensão Rural

Aprovada em: ____ / ____ / ____.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Maria do Socorro Xavier Batista (Orientadora)
Universidade Federal da Paraíba (UFPB)

Profa. Dra. Ana Paula Romão de Souza Ferreira (Examinadora)
Universidade Federal da Paraíba (UFPB)

Profa. Ms. Shirleyde Alves dos Santos (Examinadora)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Dedico este trabalho à minha família em especial à minha querida mãe, por ser uma pessoa corajosa, forte, enfim, guerreira, viveu situações difíceis durante o período em que fiquei fora estudando, mas com sua fé no Senhor Jesus e sabedoria conseguiu vencer junto à nossa família os obstáculos encontrados no seu caminho.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço ao Senhor Jesus pela vida e por realizar mais um sonho. O Senhor sabe o quanto foi difícil para conseguir essa vitória, ao longo dos três anos de curso, enfrentei barreiras; por alguns minutos não só pensei, mas falei *desisto, deixo tudo para trás, vou voltar para casa*. Mas o Senhor não permitiu, não deixou que as dificuldades interrompessem a realização deste sonho. Em meio a tudo isso, aprendi que nada é fácil na vida, mas quando temos fé em Deus, determinação e apoio da família tudo fica mais fácil, chegar ao final do curso é um milagre. Obrigada, Jesus.

Aos meus pais Francisca Maria da Silva e Raimundo Pedro da Silva, aos meus irmãos em especial a Iranildo e Josefa, aos cunhados (as) José Vieira e Dorinha e aos meus sobrinhos (as), sem o apoio de vocês não teria conseguido vencer os obstáculos durante a caminhada até aqui.

À orientadora Maria do Socorro Xavier Batista, por ser paciente e compreensiva nos momentos de orientação e pelas várias sugestões oferecidas ao longo da pesquisa.

Aos professores e palestrantes que participaram do curso de especialização em Agroecologia. Ao professor Rodrigo Machado pelo trabalho enquanto coordenador do curso.

Ao presidente da Associação dos Agricultores do Assentamento Santa Lúcia, o senhor José Ribeiro Duarte Sobrinho (Deda), pelo acolhimento no assentamento e pelas orientações para que desenvolvesse um bom trabalho junto à comunidade.

Agradeço aos assentados do Assentamento Santa Lúcia, à Escola Municipal Santa Lúcia, pelo acolhimento para realizar a pesquisa.

À gestora da Escola Municipal Santa Lúcia, que me acolheu com muito carinho junto aos docentes, auxiliares e educandos.

Agradeço a meu colega e amigo Alessandro pela sua amizade sincera, contar com seu apoio principalmente no curso foi gratificante, pois passei momentos difíceis, e você esteve presente em todos ajudando. Sou grata também pelas inúmeras vezes que você dedicou um pouco do seu precioso tempo para me fazer companhia, brincar, levar e trazer para a UEPB. Não podia esquecer a história do café, você queria que fizesse café, e eu sem saber; a noite cultural também foi outro momento divertido, enfim, momentos todos maravilhosos.

Aos colegas da turma Marcia, Paula, Jessé, Erinaldo, Jânio, Ana Cristina, Julyanner, pelas vezes que procuraram nos ajudar, dividimos alegrias, tristezas e conhecimentos.

Agradeço também aos movimentos sociais do campo, à CPT-Sertão, ao PRONERA, pela oportunidade de fazer este curso.

Não posso me esquecer de agradecer àqueles que direta e indiretamente disseram um “NÃO”, às vezes com palavras, outras através do silêncio, justo nos momentos em que mais precisei; foram muitos não, porém não abaixei a cabeça, pelo contrário, esses não me impulsionaram a continuar lutando, mesmo com tantas barreiras, e graças a Deus venci, hoje estou realizando mais um sonho, valeu a pena lutar e acreditar na vitória.

Agradeço a todos que estiveram ao meu lado no decorrer deste trabalho, principalmente àqueles que conhecem meu esforço, meus sonhos e respeitam minhas decisões enquanto pessoa.

“Não podemos em um processo de formação oprimir ou ameaçar um determinado sujeito pelo simples fato de o mesmo não aceitar as injustiças e ofensas de muitos pensantes, defendemos uma educação que liberta, dialoga e educa” (Grifos nossos).

RESUMO

O presente trabalho tem como objeto de estudo a análise do Projeto Político-Pedagógico da Escola Municipal Santa Lúcia, localizada na fazenda Santa Lúcia, localizada próximo ao Assentamento Santa Lúcia, no município de Araçagi-PB. O objetivo geral desta pesquisa foi analisar o processo de (re) construção do Projeto Político-Pedagógico da Escola Municipal Santa Lúcia na perspectiva da Educação do Campo. Os objetivos específicos foram: mobilizar a comunidade escolar para participar da (re) construção do PPP da Escola Municipal Santa Lúcia; descrever o processo democrático de (re) construção do PPP da Escola Municipal Santa Lúcia; realizar um trabalho de intervenção e conhecer as atividades desenvolvidas na escola após sua realização; e identificar as contribuições que o trabalho de intervenção trouxe a partir da (re) construção do PPP na perspectiva da Educação do Campo. Metodologicamente a pesquisa foi desenvolvida através de análise de documentos, observação participante, entrevistas semiestruturadas, visitas de campo, reuniões com o corpo docente da escola. O registro fotográfico, gravador e o caderno de campo foram utilizados como forma de registro dos dados e anotações. O presente estudo está embasado teoricamente em obras de autores como Rodrigues (1993), Paiva (2003), Veiga (2003), Caldart (2004), Marinho (2008), Araújo e Silva (2011), Saviani (2013), Batista (2014), entre outros. O trabalho está estruturado em quatro capítulos, e compreende desde o campo de pesquisa aonde a mesma foi realizada, a história da Educação do Campo no Brasil, a caracterização da Escola Municipal Santa Lúcia, focando sua história e seus aspectos administrativos e pedagógicos, as concepções de PPP, sua importância para a escola, o processo de (re) construção e as atividades desenvolvidas no decorrer da pesquisa na instituição. Os resultados obtidos revelam que a instituição já tinha o PPP, porém o mesmo não tinha muito detalhe sobre a Instituição, metas, objetivos, não havia relação com a Educação do Campo. Os educadores já tinham ouvido falar em Educação do Campo, mas não tinham muito conhecimento, pois o município não desenvolve formação continuada para educadores na perspectiva da Educação do Campo; A partir do trabalho, eles tiveram a oportunidade de conhecer um pouco sobre a mesma. A (re) construção do PPP na perspectiva da Educação do Campo foi um passo importante na história da educação do município, pois tem várias instituições localizadas no campo, mas a Escola Municipal Santa Lúcia é a única que conseguiu elaborar sua proposta com princípios da Educação do Campo.

Palavras-chave: Currículo. Movimentos Sociais. Escola.

ABSTRACT

This work has as object of study the analysis of the political-pedagogical project of the School Santa Lucia, located in the Santa Lucia, located near the settlement Saint Lucia in the municipality of Araçagi-PB. The objective of this research was to analyze the process of (re) construction of the Municipal School of Political and Educational Project Santa Lucia in the field of education perspective. The specific objectives were to mobilize the school community to participate in the (re) construction of the PPP Municipal School St. Lucia; describe the democratic process of (re) construction of the PPP Municipal School St. Lucia; performing intervention work and know the activities at school after its completion; and identify the contributions that the intervention work brought from the (re) construction of the PPP in the field of education perspective. Methodologically the research was developed through document analysis, participant observation, semi-structured interviews, field visits, meetings with school staff. The photographic record, recorder and field notes were used as a method of recording data and annotations. This study is grounded theoretically in works of authors such as Rodrigues (1993), Paiva (2003), Veiga (2003), Caldart (2004), Navy (2008), Araújo e Silva (2011), Saviani (2013), Baptist (2014), among others. The work is structured in four chapters, and ranges from the search field where it has been held, the field of education history in Brazil, the characterization of the School Santa Lucia, focusing on its history and its administrative and pedagogical aspects, the PPP concepts, their importance to the school, the process of (re) construction and the activities developed during the research at the institution. The results show that the institution had the PPP, but it did not have much detail about the institution, goals, objectives, there was no relationship with the Rural Education. Educators had heard in Rural Education, but did not have much knowledge, because the municipality does not develop continuing education for educators in the context of Rural Education; From the work, they had the opportunity to know a little about it. The (re) construction of the PPP in the Field of Education perspective was an important step in the history of the city's education, it has several institutions located in the countryside, but the Municipal School St. Lucia is the only one who managed to prepare its proposal with the principles of Education from Camp.

Keywords: Curriculum. Social movements. School.

LISTA DE SIGLAS

BA	Bahia
BR	Brasil Rodovia
CEB	Câmara de Educação Básica
CEFFA	Centros Familiares de Formação por Alternância
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CNE	Conselho Nacional de Educação
CNEA	Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo
CPT	Comissão Pastoral da Terra
ENERA	Encontro Nacional de Educação na Reforma Agrária
FONEC	Fórum Nacional de Educação do Campo
GO	Goiás
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
INSS	Instituto Nacional de Serviço Social
KM	Quilômetro
LDB	Lei de Diretrizes Básicas
MCP	Movimento de Cultura Popular
MEB	Movimento de Educação de Base
MSC	Movimentos Sociais do Campo
MST	Movimento dos Trabalhadores Sem Terra
PB	Paraíba
PEC	Programa Estudante Convênio
PNAIC	Pacto Nacional de Alfabetização na Idade Certa
PPP	Projeto Político-Pedagógico
PRONERA	Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária
RN	Rio Grande do Norte
SECAD	Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade
TV	Televisão
UEPB	Universidade Estadual da Paraíba
UnB	Universidade de Brasília
UNESCO	Organização das Nações Unidas para Educação, Ciências e Cultura
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância

LISTA DE FIGURAS

Figura 01	Mapa de localização do município de Araçagi no estado da Paraíba-PB.....	38
Figura 02	Missa dos 19 anos de existência do Assentamento Santa Lúcia em 2015.....	42
Figura 03	Fotografia de alguns assentados que iniciaram a luta pela terra do Assentamento Santa Lúcia.....	43
Figura 04	Produção de mamão.....	44
Figura 05	Plantação de capim-santo.....	44
Figura 06	Escola M. Santa Lúcia antes da reforma em 2014.....	46
Figura 07	Escola M. Santa Lúcia após a reforma em 2015.....	46
Figura 08	Mudas de plantas.....	57
Figura 09	Os educandos levando as mudas para plantar no Assentamento Santa Lúcia.....	57
Figura 10	Letra da música: Eu sou feliz na comunidade.....	59
Figura 11	Apresentação da música: Eu sou feliz na comunidade.....	60
Figura 12	Os assentados do Assentamento Santa Lúcia ministrando a palestra.....	60
Figura 13	Educandos na horta durante a oficina.....	63
Figura 14	Momento de confecção durante a oficina de reutilização de garrafas.....	63

LISTA DE QUADROS

Quadro 01	Dados do Assentamento Santa Lúcia - Araçagi-PB.....	41
Quadro 02	Estrutura física da escola.....	46
Quadro 03	Número de educandos por ano em 2015.....	47
Quadro 04	Demonstrativo dos materiais didáticos e tecnológicos.....	49

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	14
2	A TRAJETÓRIA DE LUTA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS POR UMA EDUCAÇÃO DO CAMPO.....	18
2.1	Um breve histórico da educação rural no Brasil.....	18
2.2	Educação do Campo: luta e conquista dos movimentos sociais.....	23
2.3	A Educação do Campo e suas bases legais.....	27
2.4	O Programa Nacional de Educação do Campo (PRONERA).....	29
2.5	A importância da formação do educador na perspectiva da Educação do Campo.....	32
2.6	O projeto político pedagógico e o currículo na escola do campo.....	33
3	A ESCOLA MUNICIPAL SANTA LÚCIA: UM RECORTE HISTÓRICO SOBRE A INSTITUIÇÃO.....	38
3.1	A localização do município de Araçagi-PB.....	38
3.2	A luta pela terra do Assentamento Santa Lúcia – Araçagi-PB.....	40
3.3	A Escola Municipal de Ensino Fundamental Santa Lúcia.....	45
3.3.1	Aspecto administrativo da escola.....	47
3.3.2	Aspecto pedagógico da escola.....	48
4	O PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO DA ESCOLA MUNICIPAL SANTA LÚCIA: PRIMEIROS PASSOS PARA SUA (RE) CONSTRUÇÃO.....	50
4.1	A importância do projeto político-pedagógico.....	50
4.2	Conhecendo a (re) construção do PPP da Escola Municipal Santa Lúcia ..	52
4.3	A estrutura básica do PPP da escola após sua (re) construção.....	54
4.4	Atividades desenvolvidas relacionadas à cultura popular no decorrer da vivência na Escola Santa Lúcia.....	55
4.5	A Escola Santa Lúcia trabalhando a história de lutas e conquistas dos 19 anos do Assentamento Santa Lúcia.....	59
4.6	Trabalhando a Educação Ambiental através das oficinas pedagógicas.....	61
5	ALGUMAS CONSIDERAÇÕES.....	66
	REFERÊNCIAS.....	68
	ANEXOS.....	73

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objeto de estudo a análise do Projeto Político-Pedagógico da Escola Municipal Santa Lúcia, localizada na fazenda Santa Lúcia próximo com o Assentamento Santa Lúcia no município de Araçagi-PB.

A escolha deste tema se dá em consequência da necessidade de a escola do campo refletir sobre a importância de ajudar a construir nos educandos, desde a infância, uma visão de mundo na perspectiva crítica para que eles aprendam a olhar para sua realidade e compreendam a sua historicidade no contexto escolar. Assim, a escola do campo precisa incluir no Projeto Político-Pedagógico (PPP) uma reflexão sobre como se dá o processo de formação de novos sujeitos na escola, ressaltando a importância da formação de novas gerações de trabalhadores do campo, focando traços que venham fortalecer o ideário pedagógico de um novo projeto de desenvolvimento para o campo (CALDART, 2004a).

A Lei de Diretrizes e Bases (LDB) de nº 9.394/96, no artigo 12, I, diz que toda instituição de ensino deve “elaborar e executar sua própria proposta pedagógica”. Com isso toda instituição de ensino tem autonomia de elaborar junto com a comunidade escolar seu PPP. Porém, ainda encontramos escolas que têm o PPP elaborado de acordo com o modelo padrão para todas as escolas, sem a preocupação de discutir e planejar a elaboração do PPP vinculado à realidade na qual ela está inserida. Outras instituições apenas copiam projetos de outras instituições e/ou fazem pequenas alterações, desconhecendo a importância que o PPP representa para a comunidade escolar. Ele deve ser entendido como um documento de referência, construído por todos que compõem as instituições. Resumindo, o PPP é o retrato da organização do trabalho pedagógico das instituições.

O interesse pela temática surgiu através do Curso de Especialização em Agroecologia - Residência Agrária da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), promovido em parceria com o Instituto Nacional de Colonização na Reforma Agrária (INCRA) vinculado ao Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA) quando realizamos o tempo comunidade no Assentamento Santa Lúcia no município de Araçagi-PB. O tempo comunidade é período em que cada educando vai para a comunidade desenvolver pesquisas junto às famílias que residem no local.

O objetivo geral desta pesquisa teve o intuito de analisar o processo de (re) construção do Projeto Político-Pedagógico da Escola Municipal Santa Lúcia na perspectiva da Educação do Campo. Os objetivos específicos foram: Mobilizar a comunidade escolar para participar da (re) construção do PPP da escola municipal Santa Lúcia; Descrever o processo

democrático de (re) construção do PPP da Escola Municipal Santa Lúcia; Realizar um trabalho de intervenção e conhecer as atividades desenvolvidas na escola após sua realização; e Identificar as contribuições que o trabalho de intervenção trouxe a para a (re) construção do PPP na perspectiva da Educação do Campo.

A pesquisa assumiu um caráter qualitativo e utilizou vários procedimentos metodológicos: análise de documentos, observação participante, entrevistas semiestruturadas, visitas de campo, reuniões com o corpo docente da escola. O registro fotográfico, gravador e o caderno de campo foram utilizados como forma de registro dos dados e anotações. A metodologia usada no desenvolvimento da pesquisa foi a pesquisa-ação. Thiollent define que:

Pesquisa-ação é um tipo de pesquisa social com base empírica que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo e no qual os pesquisadores e os representativos da situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo (THIOLLENT, 2003, p. 16).

Nossa aproximação com o Assentamento Santa Lúcia aconteceu a partir do momento em que recebemos um convite de uma colega de outra especialização, também pelo PRONERA que mora no assentamento, para desenvolvermos a pesquisa na referida comunidade. O trabalho de pesquisa começou no mês de outubro de 2014, com pesquisa documental sobre o Assentamento Santa Lúcia, em seguida aconteceram os primeiros contatos com os assentados. Nossa ideia inicial era conhecer com maior propriedade o assentamento, a partir da sua história de luta, conquista e formação. Para tanto resolvemos dialogar com algumas famílias assentadas e coordenações da associação e cooperativa, para conhecermos as ações que estavam sendo desenvolvidas no local, para que pudéssemos contribuir no desenvolvimento delas. Foi a partir dessa aproximação com as famílias que chegamos à Escola Municipal Santa Lúcia; ao visitarmos uma assentada que também é educadora fomos convidadas para participar de um planejamento com os educadores na escola. Através desse contato começamos a dialogar com a escola sobre a questão da (re) construção do PPP.

O processo metodológico desta pesquisa foi dividido em cinco momentos que descreveremos a seguir. Todo o processo de construção e desenvolvimento da pesquisa aqui escrito se deu com base nas necessidades e possibilidades da comunidade escolar acompanhada durante os períodos do tempo comunidade do Curso de Especialização em Agroecologia.

No primeiro momento foi realizada uma visita às famílias da comunidade e à Escola Municipal Santa Lúcia que fica localizada fora do Assentamento Santa Lúcia e atende às

crianças e adolescentes do referido assentamento. Durante a visita na escola a gestora apresentou de forma sucinta algumas demandas da escola que necessitavam de soluções, afirmou que a (re) construção do PPP era uma das demandas mais importantes naquele momento. Então foi realizada uma reunião para discutirmos como poderíamos trabalhar na questão do PPP.

No segundo momento da pesquisa houve o planejamento participativo das ações a serem desenvolvidas a fim de solucionar a demanda de (re) construção do PPP da instituição de ensino. Gandin define que:

O planejamento participativo enquanto instrumento e metodologia, isto é, enquanto processo técnico abre espaços especiais para a questão política. As questões da qualidade, da missão e, obviamente, da participação são especialmente valorizadas. Mais do que isto, assumem um caráter de proposta de futuro para a instituição que se planeja, onde está contido um ideal do campo de ação da instituição (GANDIN, 1991, p. 29).

No decorrer do planejamento definimos as atividades a serem realizadas; uma delas foi realizar uma pesquisa sobre a história da Escola Municipal Santa Lúcia, desde a sua existência, o público-alvo que atende, enfim um panorama geral, com o objetivo de conhecermos a história da instituição.

Em seguida foram realizadas leituras bibliográficas de autores que discutem sobre Educação do Campo, PPP e bases legais, com a finalidade que todos compreendessem a importância de (re) construir o PPP com aspectos ligados à Educação do Campo e de forma coletiva, e assim todos teriam conhecimento do material que estavam produzindo.

No terceiro momento, fizemos o levantamento dos dados na secretaria da escola com o apoio da gestora escolar que nos forneceu os documentos que foram objeto de análise. Tais como: documentos oficiais sobre os aspectos pedagógico, administrativo e físico da escola; os dados coletados foram inseridos na proposta pedagógica.

No quarto momento, foram realizadas algumas atividades contidas no PPP, as atividades sempre foram pensadas e planejadas em coletivo, todas tinham o objetivo de fortalecer a história daquela comunidade na busca pela permanência dos costumes em relação à cultura, como também melhorar os hábitos em relação à preservação do meio ambiente, evitando danos que causem desequilíbrio à natureza. Para atender a esse objetivo a escola promoveu diversos momentos em que os educadores e educandos trabalharam esse contexto tanto em sala de aula como também fora, através de atividades culturais, oficinas e palestra.

E, por fim, o quinto e último momento, dedicado à avaliação, realizado junto à orientadora, gestora, docente e estagiária, no qual eles apresentaram as contribuições a partir

do trabalho de intervenção na instituição, através de uma entrevista semiestruturada. Para Verdejo (2006) a entrevista semiestruturada é um tipo de ferramenta que permite criar um ambiente aberto de diálogo, possibilita ao entrevistado se expressar de forma livre, sem delimitações criadas por um questionário.

O presente estudo está embasado teoricamente em obras de autores como Rodriguez (1993), Paiva (2003), Veiga (2003), Caldart (2004), Marinho (2008), Araújo e Silva (2011), Saviani (2013), Batista (2014), entre outros.

A apresentação do trabalho de pesquisa está estruturada em quatro capítulos. No primeiro apresentamos o campo de pesquisa, aonde foi realizada e como aconteceu o processo de desenvolvimento da mesma. No segundo, descrevemos a história da Educação do Campo no Brasil, a partir da luta dos movimentos sociais do campo. No terceiro caracterizamos a Escola Municipal Santa Lúcia, focando sua história e os aspectos administrativo e pedagógico da referida instituição. No quarto retratamos as concepções de PPP, sua importância para a escola; destacamos também o processo de (re) construção e as atividades desenvolvidas no decorrer da pesquisa na instituição.

2 A TRAJETÓRIA DE LUTA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS POR UMA EDUCAÇÃO DO CAMPO

Neste capítulo apresentamos um breve histórico, as concepções e bases legais referentes à Educação do Campo, resultado da luta dos movimentos sociais, desde a década de 1990 até o momento atual.

2.1 Um breve histórico da educação rural no Brasil

A luta por uma educação de qualidade para os sujeitos do campo é um fato histórico no país. Essa luta está associada a um longo processo de resistência dos camponeses que reivindicam reforma agrária, políticas agrícolas e políticas sociais que garantam os direitos da população do campo que tem sofrido, pois sempre tem enfrentado dificuldades para ter acesso e permanência na escola. Pois a escola durante muito tempo não chegou ao campo e ainda hoje está ausente em muitos espaços do meio rural; e as existentes, em grande medida são precárias, perduram com professores com qualificação precária, com estrutura física que não oferece boas condições de funcionamento e o currículo é inadequado para a realidade das escolas do campo. Esses fatores mostram falta de compromisso com a educação ofertada à população do campo, que ao longo dos anos recebeu e ainda recebe uma educação de péssima qualidade, que não contextualiza a realidade dos sujeitos com a educação. Para Caldart (2004) a organização somente se consolida se tiver como prioridade a formação de seus próprios quadros; que essa condição permita que a história da educação esteja intimamente vinculada à consolidação de uma cultura política pública, a cultura da igualdade, do direito à terra, ao conhecimento, ao trabalho, do direito de todos a sermos humanos, a vivermos como humanos.

Nesse contexto em que a autora faz sua reflexão podemos perceber que a educação ainda é um desafio nas escolas do campo porque todos almejam uma educação que trabalhe com todos os aspectos que ela cita acima, esse desejo de uma escola pública que atenda a todos esses requisitos. Ainda para reforçar Caldart diz que a:

Produção teórica e a consciência dos educadores (as) vêm avançando nesta direção. Entretanto, os vínculos entre educação, direitos, cidadania, tão reivindicados nas últimas décadas, ainda são equacionados prioritariamente pensando na cidade. O campo, cidade, a terra e escola rural não são incorporados nessa ótica nem nas pesquisas nem na formulação de políticas e currículos (CALDART, 2004, p. 9).

A educação formal brasileira teve início no período colonial, através do trabalho dos jesuítas que chegaram por volta de 1549. Estes vieram com a missão de doutrinar e ensinar os costumes da Igreja Católica; no entanto, para desenvolver a missão, os jesuítas criaram escolas e seminários, espalhados no território brasileiro. O Brasil iniciou o processo histórico educacional através do envolvimento com três dimensões: a colonização, a educação e a catequese. Elas são entendidas no contexto de colonização como sendo a colonização um momento de posse e exploração da terra; a educação é entendida como um “conjunto das práticas, das técnicas, dos símbolos e dos valores próprios”; e a catequese como a conversão dos colonizados ao cristianismo (SAVIANI, 2013, p. 29).

O autor ainda afirma que o primeiro momento da educação jesuíta foi marcado pelo plano de instrução elaborado por Manoel da Nóbrega, com o objetivo de implantar colégios nas áreas litorâneas. Essa experiência começou pelo colégio da Bahia, considerado como o ponto de apoio e irradiação para os colégios de Olinda, Ilhéus, Porto Seguro, Espírito Santo e depois São Vicente.

Para Saviani (2013) o período que compreende de 1599 a 1759 foi marcado pela institucionalização da pedagogia jesuíta ou a *Ratio Studiorum*. Neste momento a Companhia de Jesus vivia um momento promissor e iniciou a elaboração de um plano chamado *Ratio Studiorum* para implantar em todos os colégios. Esse plano se constitui como sendo um “conjunto de regras cobrindo todas as atividades dos agentes diretamente ligados ao ensino. Começava pelas regras do provincial, passava pelas do reitor, do prefeito de estudos, pelos professores de modo geral” (SAVIANI, 2013, p. 55).

O plano tinha caráter universalista e elitista. Universalista porque estendia o atendimento a todos os jesuítas independentemente do lugar onde estivessem; e elitista porque acabou sendo destinado aos filhos dos colonos, excluindo os indígenas.

Os jesuítas ficaram no Brasil até 1759, época em que foram expulsos pelo Marquês de Pombal. Eles ofereceram uma educação com características dualistas, para os índios e negros era uma educação com caráter religioso em espaços não formais e para os filhos da elite ofereceram uma educação em instituições de ensino formais (PILETTI, N.; PILETTI, C., 2000).

O contexto histórico e educacional brasileiro está dividido segundo Saviani (2013) em quatro períodos, são eles: o 1º período (1549-1759) corresponde à época da pedagogia brasileira e a institucionalização da pedagogia jesuíta; 2º período (1759-1932), marcado pela pedagogia pombalina, pelo desenvolvimento da pedagogia leiga (ecletismo, liberalismo e positivismo); o 3º período (1932-1969) compreende a relação entre a pedagogia tradicional e

a pedagogia nova; e 4º período (1969-2001), marcado pela presença da pedagogia tecnicista e os ensaios contra-hegemônicos à pedagogia crítico-social. O autor mostra como as ideias pedagógicas no Brasil foram organizadas no decorrer dos anos, pois cada período corresponde a uma determinada ideia.

No grupo das tendências pedagógicas destacamos as pedagogias tradicional, nova e tecnicista. Na pedagogia tradicional, as atividades de ensino são centradas no educador, têm como meio principal de expressão a palavra, o educando é considerado como receptor dos conteúdos e conseqüentemente tem a missão de decorá-los; na pedagogia nova há uma relação interpessoal, o educador deixa de ser o centro das atividades, apenas incentiva e orienta o educando, com também organiza as situações de aprendizagens (LIBANÊO, 1994). Na pedagogia tecnicista o professor é o instrutor, define como e quando os alunos farão as ações, pois o importante é aprender a fazer (SAVIANI 2013).

Desde as primeiras iniciativas educativas oferecidas no nosso país, encontramos desigualdades em relação ao acesso à educação. Isso está relacionado às questões sociais, culturais e econômicas; para aqueles com melhor poder econômico, a educação era de boa qualidade em instituições formais e para aqueles de origem da classe pobre era uma educação com problemas principalmente na qualidade do ensino e na precariedade das escolas.

No processo de desenvolvimento da sociedade, a educação rural foi esquecida, deixando como alternativa para o camponês a escola do meio urbano. Para aqueles que permanecessem no campo, restou a conformação de que para ser um trabalhador/a não seria necessário o conhecimento científico.

A educação rural no Brasil, por motivos sociais e culturais, sempre foi relegada a planos inferiores e teve por retaguarda ideológica o elitismo acentuado do processo educacional aqui instalado pelos jesuítas e a interpretação política da oligarquia agrária conhecida popularmente na expressão: “gente da roça não carece de estudos. Isso é coisa de gente da cidade” (LEITE, 1999, p. 14).

A história da educação mostra que o sistema educacional sempre tratou o povo do campo com pessoas que não necessitavam receber uma educação de qualidade; os escravos, os colonos, mestiços e camponeses foram os mais prejudicados porque não tiveram acesso à educação. Somente nas décadas iniciais do século XX, período de 1910 a 1934, foram ocorrendo ações e políticas voltadas para a educação rural com a criação da Fundação Brasileira de Educação Rural. No ano de 1932 foi idealizado o manifesto dos pioneiros na educação que defendia a democratização da educação que deveria ser pensada de acordo com o contexto do educando, a partir de sua realidade. Neste contexto surgiu o Ruralismo

Pedagógico, movimento que defendia uma educação para o meio rural que contivesse a migração mantendo a população no campo, pois o êxodo rural excessivo estava gerando problemas urbanos. O movimento do Ruralismo defendia a ideia de levar a educação rural até o campo para despertar o interesse no homem do campo em permanecer na zona rural (MARINHO, 2008). O foco da educação era a profissionalização com o ensino técnico para modernizar o campo.

A primeira escola normal rural do país foi construída em Juazeiro, no estado do Ceará, através do senhor Moreira de Sousa. Essa ação partiu de uma proposta lançada e aceita no I Congresso Nacional de Ensino Regional, realizado em 1935, em Salvador - BA.

A educação é uma ferramenta importante para a transformação da sociedade, nos aspectos econômico, político, ético e sociocultural, embora seja necessária a organização do poder público, movimentos sociais e a sociedade civil, em busca da perspectiva de melhorias da educação como uma ruptura do projeto de educação existente nas escolas do campo. A Constituição Federal de 1988 afirma no Art. 205:

A educação é um direito de todos e dever do Estado e da família, sendo promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Se a Constituição afirma que a Educação é um direito de todos, a história da educação no Brasil mostra o contrário, pois ela iniciou no período de 1958/1963, quando surgiram as campanhas, movimentos e programas de alfabetização para adultos, com o propósito de alfabetizar as pessoas para ampliar as bases eleitorais, pois só poderiam exercer o voto as pessoas alfabetizadas. Na busca pela alfabetização das pessoas, algumas campanhas se destacaram. A Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo (CNEA) era uma experiência para a Educação Popular, destinada às diversas faixas etárias; foi extinta em 1963, devido a problemas financeiros. Depois surgiu o Movimento de Educação de Base (MEB), que tem suas iniciativas antes do governo Jânio Quadros; este tinha o objetivo de atender apenas às regiões do Nordeste, Norte e Centro-Oeste, mas através do Decreto nº52.267 em 1963 ampliou sem âmbito geográfico, criou novas escolas nas regiões subdesenvolvidas (PAIVA, 2003).

A década de 60 é marcada pela criação do Movimento de Cultura Popular (MCP), no estado de Pernambuco, através de artistas, estudantes e intelectuais que se juntaram aos esforços da prefeitura de Recife para fundar o MCP. O objetivo era combater o analfabetismo e procurar elevar o nível cultural do povo. Foi nesse momento que o método do educador

Paulo Freire foi desenvolvido. Freire criou os “círculos de cultura”, nos quais colocou em prática sua teoria para despertar nos adultos a consciência crítica através da leitura da realidade. A primeira experiência com o uso do método aconteceu no município de Angicos - RN; no ano de 1962, foram alfabetizados 300 (trezentos) trabalhadores rurais, no período de 45 (quarenta e cinco) dias (MARINHO 2008).

Na visão dos autores Beisiegel (2008) e Paiva (2003), o educador Paulo Freire é referência na história da Educação Popular, devido à sua concepção de alfabetização, baseada na dialogicidade entre os diferentes saberes e visões, buscando despertar a consciência do sujeito para o compromisso da transformação social. Para Brandão (2002) a Educação Popular é um fenômeno situado e datado na história da educação dos países subdesenvolvidos da América Latina, tendo o Brasil como origem; possui uma história mais longa, mais polêmica e diversificada, foi e prossegue sendo uma sequência de ideias com proposta de uma educação para as classes populares. Wanderley (2010) busca refletir sobre o sentido da Educação Popular, fazendo três abordagens:

- I-Educação Popular, com orientação de integração (educação para todos, extensão da cidadania, eliminar a marginalidade social, superar o subdesenvolvimento);
- II-Educação Popular, com orientação nacional populista (dinamizada no período dos governos populistas, buscava mobilizar setores das classes populares para o nacional-desenvolvimento, homogeneizando os interesses divergentes na consecução de projetos de desenvolvimento capitalista, pretendido como autônomo, nacional e popular);
- III-Educação Popular, com orientação de libertação (buscando fortalecer as potencialidades do povo, valorizar a cultura popular, a conscientização, a participação [...] com vista nas reformas estruturais na ordem capitalista). (WANDERLEY, 2010, p. 21).

Um dos princípios da Educação Popular é que devem ser respeitados a cultura, a diversidade e os valores existentes nas diversas culturas e sociedades. A Educação Popular trabalha em uma direção ideológica, política e pedagógica que é direcionada em ações e práticas. Ela vem avançando sendo inovada a partir das lutas dos Movimentos Sociais em busca da libertação. A obra *Pedagogia do Oprimido*, de Paulo Freire (1987), mostra a importância da luta dos homens pela liberdade. Através da obra podemos compreender que Freire defende uma educação que tenha características de uma educação de classe histórica, libertadora, política, democrática e transformadora, relacionando teoria e prática. Conforme Pereira (2009) a educação escolar foi tratada com descaso pelos dirigentes ou representantes do nosso país durante o período colonial. Inspirada nos princípios da contrarreforma era a lei

da vida da sociedade excludente. Nas primeiras constituições foi mencionada a educação rural para o camponês. Pereira diz:

Na verdade a introdução da educação rural na ordem jurídica brasileira se deu nas primeiras décadas do século XX, quando se percebeu a importância da educação para conter o movimento migratório e elevar a produtividade do campo. Entretanto, ela nunca conseguiu se distanciar do paradigma urbano. As escolas implantadas no campo só contribuíram para reforçar essa imagem. Escolas com pedagogias bancárias, importadas da cidade com um pacote pronto: currículo, calendário, cartilha e professor. Todos oriundos da cidade. Somente em fins da década de 90, sob pressão dos movimentos sociais do campo, a Educação do Campo surge no cenário brasileiro ocupando espaços nos órgãos governamentais (PEREIRA, 2009, p. 178).

A história da educação rural foi marcada pela presença de campanhas e programas direcionados para o meio rural, com o objetivo de alfabetizar a população para melhorar a mão de obra a fim de atuar no mercado de trabalho; as ações não tinham a preocupação com a formação humana do homem, essa preocupação só veio aparecer com a intervenção de Freire, que defendia uma educação libertadora.

Depois de muitas décadas encontramos programas que são desenvolvidos no campo com características idênticas aos programas anteriores, que não são planejados para o sujeito do campo, não respeitam suas especificidades geográficas, históricas, econômicas e culturais, todas são consideradas iguais em relação a esses aspectos citados: “a Educação do Campo tem um papel de transformação social dos sujeitos do campo” (MOLINA; JESUS, 2004, [s.p.]).

2.2 Educação do Campo: luta e conquista dos movimentos sociais

Os movimentos populares defendem, desde a década de 1930, um projeto de educação vinculado à realidade do meio rural. Entretanto, essa luta ganhou força a partir de 1990, quando os movimentos sociais do campo começaram a reivindicar políticas públicas de Educação do Campo, por entender que o campo precisava receber uma educação de qualidade e melhores condições de vida, que realmente contribuísse com o desenvolvimento dos sujeitos do campo.

Historicamente, o conceito de educação rural esteve associado a uma educação precária, atrasada, com pouca qualidade e poucos recursos [...] os tímidos programas que ocorreram no Brasil para a educação rural foram pensados e elaborados sem seus sujeitos, sem sua participação, mas prontos para eles (FERNANDES; MOLINA, 2004, p. 61).

Os camponeses organizados promoveram eventos, reuniram diferentes movimentos para lutar por uma educação que contemplasse os anseios do povo do campo. Em 1997 foi realizado o I Encontro Nacional de Educação na Reforma Agrária (ENERA). Este encontro contou com diversas entidades, universidades, o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), Organização das Nações Unidas para Educação e Cultura (UNESCO) e a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).

Os movimentos sociais defendem que os camponeses possam receber uma educação específica para os sujeitos que moram no campo. A perspectiva da educação do campo é que os sujeitos participem da construção de sua identidade camponesa respeitando seus interesses sociais, políticos, econômicos e culturais, objetivando sua formação humana usando a criatividade. Foi formada uma articulação dos movimentos constituindo um movimento Por uma Educação do Campo, que logrou várias conquistas de programas e marcos normativos de educação do campo. Em abril de 1998, foi criado o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA).

A educação do campo é um conceito cunhado com a preocupação de se delimitar um território. Nosso pensamento é defender o direito que uma população tem de pensar o mundo a partir do lugar onde vive, ou seja, da terra em que pisa, melhor ainda a partir de sua realidade. Quando pensamos o mundo a partir de um lugar onde não vivemos, idealizamos um mundo, vivemos um não lugar. Isso acontece com a população do campo quando pensa o mundo e, evidentemente, o seu próprio lugar a partir da cidade. Esse modo de pensar idealizado leva ao estranhamento de si mesmo, o que dificulta muito a construção da identidade, condição fundamental da formação cultural (FERNANDES, 2002, p. 97).

Em julho de 1998, foi realizada em Luziânia - GO, a I Conferência Nacional por uma Educação do Campo, em parceria com o MST, CNBB, UnB, UNESCO, UNICEF. Essa conferência foi resultado de um processo constante de luta, articulado nos estados através de encontros com os principais militantes envolvidos na luta por Educação do Campo.

[...] através do processo de construção desta Conferência dos Movimentos Sociais do Campo foi inaugurada uma nova referência para o debate e a mobilização popular: Educação do Campo e não mais educação rural ou educação para o meio rural. Reafirmamos que o campo é espaço de vida digna e que é legítima a luta por políticas específicas e por um projeto educativo próprio para seus sujeitos. Também foram denunciados os graves problemas de falta de acesso e a baixa qualidade de educação pública destinada à população trabalhadora do campo (CALDART, 2004, p. 13-14).

Nessa conferência foi firmado que o campo existe, e que é legítima a luta por políticas públicas principalmente referentes ao campo, lugar formado por pessoas de vários grupos como: pequenos agricultores, quilombolas, indígenas, pescadores, assentados, sem-terra, agregados, ribeirinhos e outros. Os militantes foram resistentes ao denunciar os problemas que a educação do campo vem sofrendo: faltam escolas para as crianças e jovens, a infraestrutura das escolas é precária e faltam docentes com qualificação profissional (CALDART, 2004).

Fernandes (1999) afirma também que a escola do campo busca defender os interesses vinculados à política, à cultura e economia dos povos do campo. O modelo de escola que temos não mostra seu plano de trabalho nem experiências significativas para os estudantes do campo; existe um distanciamento entre teoria e prática, como também entre o contexto de campo e cidade.

Na II Conferência, a Educação do Campo foi tratada como uma questão importante: necessitava ser reconhecida como uma política pública. Estiveram presentes vários Movimentos Sociais, Entidades, Universidades, Organizações não Governamentais, Secretarias Estaduais e Municipais de Educação, todos defendendo o Projeto de Educação do Campo. Durante essa Conferência, os participantes fizeram reivindicações sobre a dívida social, cultural e educativa que os órgãos públicos têm com os sujeitos que habitam no campo.¹

Trabalhar na perspectiva da Educação do Campo significa promover uma educação que viabilize a permanência dos sujeitos no campo, mostrando a importância de valorizar seu lugar de origem, associando suas experiências às ações educativas a partir de temas geradores. Freire (1987) destaca a importância de trabalhar com temas² geradores, com intenção de instigar para analisar de forma crítica sua realidade, principalmente na Educação de Jovens e Adultos, dando autonomia para desenvolver atividades que permeiam os seus objetivos, pois contextualizar o processo de educação do/no campo não é simplesmente trazer o aluno para dentro da sala de aula, mas integrar este à sua vivência, e que possa usar a sua formação crítica nas intervenções que contribuam em sua formação para viver em sociedade.

A história da Educação do Campo é marcada pela luta incansável dos sujeitos que estão ligados diretamente ao campo, vivenciam a desigualdade social com relação à educação

¹ Texto-base da II Conferência Nacional Por Uma Educação do Campo. Luziânia - GO, 2 a 6 de agosto de 2004.

² Um tema gerador não se encontra nos homens isolados da realidade, nem tampouco na realidade separada dos homens. Só pode ser compreendido nas relações homens-mundo. Investigar o “tema gerador” é investigar, repetimos, o pensar dos homens referido à realidade, investigar seu atuar sobre a realidade, o que é práxis (FREIRE, 1987, p. 115).

que recebem no campo. Eles lutam por uma educação que faça parte de seu contexto e experiências.

A Educação do Campo não está pronta, permanece em processo de construção junto aos camponeses envolvidos, o campo tem sua diversidade, cada lugar tem sua história e sua especificidade; neste sentido a escola deve trabalhar na perspectiva de valorizar e respeitar as questões sociais, econômicas e culturais.

Os camponeses através de sua luta e resistência vêm gerando e construindo a Educação do Campo. O movimento pela educação do/no campo é fruto de momentos de luta, opressão, resistência e determinação dos sujeitos no campo. Eles defendem uma educação construída e organizada pelos trabalhadores do campo, resgatando sua realidade, suas práticas e vivências como afirma Caldart:

O nome ou expressão Educação do Campo já identifica também uma reflexão pedagógica que nasce das diversas práticas de educação desenvolvidas no campo com ou pelos sujeitos do campo. É uma reflexão que reconhece o campo como lugar onde não apenas se produz, mas também se produz pedagogia, reflexão que desenha traços do que se pode se constituir um projeto de educação ou de transformação dos sujeitos do campo (CALDART, 2002, p. 31-32).

A Educação do Campo não está pronta, permanece em processo de construção junto aos camponeses envolvidos, o campo tem sua diversidade, cada lugar tem sua história e sua especificidade. Neste sentido a escola deve trabalhar na perspectiva de valorizar e respeitar as questões sociais, econômicas e culturais. É importante destacar que se trata de uma luta por educação a partir da realidade do educando, vinculada à luta e transformação social.

Os movimentos sociais nos últimos anos têm travado uma luta com a campanha “Fechar escolas é crime”. De 2003 a 2013, 32,5 mil unidades fecharam. Esses dados aumentam a cada dia, segundo o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP, 2014).³ Também quem afirma esses dados é o jornal *Folha de São Paulo* no qual se mostra que nos últimos dez (10) anos chega a 32,5 mil unidades a menos no campo; atualmente há 70,8 mil escolas na zona rural, antes eram 103,3 mil. Esses números são exorbitantes e contradizem a Resolução de nº 2 de 2008, que diz que toda criança tem que ter educação infantil na sua comunidade para que não seja preciso se deslocar para outras comunidades ou até para a cidade. É por estas razões que os movimentos sociais lutam por uma educação de qualidade para o campo.

³ Disponível em: www.google.com.br/fechamento-de-escolas-rurais. Acesso em: 01 fev. 2015.

2.3 A Educação do Campo e suas bases legais

A educação do campo valoriza os conhecimentos dos camponeses de suas práticas sociais, vê o campo como lugar de trabalho, vida, transformação e desenvolvimento sustentável e solidário (BATISTA, 2011). Neste sentido a autora ressalta importância da valorização da cultura desses povos.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação de nº 9.394/96 é o marco legal que assegura, pela primeira vez, no artigo 28 a necessidade de se adequar a educação ao meio rural, pois ao falar na oferta da Educação Básica para a população rural define que os sistemas de ensino promoverão adaptações necessárias à sua adequação à particularidade da vida rural e de cada região, especialmente:

- I - conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural;
- II - organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas;
- III - adequação à natureza do trabalho na zona rural.

A partir do Movimento Por uma Educação do Campo que logrou a aprovação das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo, Parecer nº 36/2001 e Resolução 1/2002 do Conselho Nacional de Educação, a Educação do Campo é uma das conquistas mais importantes do âmbito das políticas públicas, é resultado de encontros e conferências realizadas pelos movimentos sociais. No artigo 2 do parágrafo único diz:

A identidade da escola do campo é definida pela sua vinculação às questões inerente à sua realidade, ancorando-se na temporalidade e saberes próprios dos estudantes, na memória coletiva que sinaliza futuros, na rede de ciência e tecnologia disponível na sociedade e nos movimentos sociais em defesa de projetos que associem as soluções exigidas por essas questões à qualidade social da vida coletiva no país (BRASIL, 2002, p. 1).

Ainda em relação às conquistas podemos destacar: 1) Parecer CNE/CEB nº 36/2001 e a Resolução CNE/CEB 1, de 3/04/2002 que institui Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo; 2) Resolução nº 2, de 28 de abril de 2008, que estabelece diretrizes complementares, normas e princípios para o desenvolvimento de políticas públicas de atendimento da Educação Básica do Campo; 3) Parecer CNE/CEB nº 1/2006 trata dos dias letivos para a aplicação da Pedagogia de Alternância nos Centros Familiares de Formação por Alternância (CEFFA); 4) Decreto nº 7.352, de 4/11/2010, que dispõe sobre a política de educação do campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA).

Outro momento que marca a história de luta por educação do campo é a criação da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD), em 2004. Assim como o Decreto de nº 7.352 de 04 de novembro de 2010, no artigo 1º diz que:

A política de educação do campo destina-se à ampliação e qualificação da oferta de educação básica e superior às populações do campo, e será desenvolvida pela união em regime de colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, de acordo com as diretrizes e metas estabelecidas no plano nacional de educação e o disposto neste Decreto (BRASIL, 2010b, p. 1).

A política de educação do campo é muito importante para o desenvolvimento territorial de uma comunidade. Pois, sem educação as populações camponesas tem dificuldade de desenvolver suas habilidades no seu processo contínuo de formação, uma vez que ela é a base para o desenvolvimento de um povo.

De acordo com o Art.02 do Decreto de nº 7.352, os princípios da educação do campo são:

- I-Respeito à diversidade do campo em seus aspectos sociais, culturais, ambientais, políticos, econômicos, de gênero, gerencial e de raça e etnia;
- II-Incentivo à formulação de projetos político-pedagógicos específicos para as escolas do campo, estimulando o desenvolvimento das unidades escolares como espaços públicos de investigação e articulação de experiências e estudos direcionados para o desenvolvimento social, economicamente justo e ambiental sustentável em sua articulação com o mundo do trabalho;
- III-Desenvolvimento de políticas de formação de profissionais da educação para o atendimento da especificidade das escolas do campo, considerando as condições concretas da produção e reprodução social da vida no campo;
- IV-Valorização da identidade da escola do campo por meio de projetos pedagógicos com conteúdos curriculares e metodológicos adequados às reais necessidades dos alunos do campo, bem como a flexibilidade na organização escolar, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas;
- V-Controle social da qualidade da educação escolar, mediante a efetiva participação da comunidade e dos movimentos sociais do campo.

Os princípios fortalecem a luta dos movimentos sociais pela educação do campo. O projeto de educação do campo se preocupa com a teoria pedagógica, com adequação dos conteúdos curriculares e com a qualidade de educação que chega para os sujeitos do campo.

São os sujeitos da resistência no e do campo; sujeitos que lutam para continuar sendo agricultores apesar de um modelo de agricultura cada vez mais excludente; sujeitos da luta pela terra e pela Reforma Agrária; sujeitos da luta por melhores condições de trabalho no campo; sujeitos da resistência da terra dos quilombos e pela identidade própria desta herança; sujeitos da

luta pelo direito de continuar a ser indígena e brasileiro, em terras demarcadas e em identidades e direitos sociais respeitados; e sujeitos de tantas outras resistências culturais, políticas e pedagógicas (CALDART, 2002, p. 29).

Os movimentos sociais do campo permanecem lutando para que os camponeses tenham direito às políticas públicas de qualidade para o desenvolvimento de seu território no qual eles estão inseridos.

Os movimentos sociais têm assumido importante papel na afirmação dos direitos dos homens, mulheres, jovens, adultos, crianças e pessoas de todas as idades, como sujeitos cidadãs e cidadãos; lutando para ampliar os direitos, para garanti-los formalmente, para efetivar aqueles já garantidos juridicamente; resistindo para que não se percam os direitos já conquistados; fiscalizando e cobrando para que sejam respeitados os já conquistados (BATISTA, 2006, p. 2).

Para a autora os movimentos sociais devem continuar lutando mesmo com a conquista da terra por uma política de desenvolvimento, não podem parar de lutar; apoiar a conquista da terra é importante, mas precisa de melhorias. Conforme Caldart (2004, p. 336), quando ocupam uma terra essas famílias põem os pés no seu futuro e já enxergam aquela terra produzindo a fartura de alimentos que naquele momento ainda lhes faltam.

2.4 O Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA)

As políticas e programas são conquistas ocorridas no âmbito da Educação do Campo através dos movimentos sociais do campo que lutaram em prol do camponês. Nessa luta podemos destacar o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), criado em abril de 1998, instituído através da portaria de nº 10/98 do Ministério Extraordinário de Política Fundiária, com a finalidade de desenvolver uma educação voltada para a realidade do campo. Ele atende todos os níveis e modalidades de educação; hoje se tornou uma política pública de educação do campo, apesar de seus entraves nas instituições de ensino, devido à burocracia. Ele busca fortalecer e melhorar a qualidade da educação nos assentamentos de Reforma Agrária, seus objetivos são:

Objetivo geral: Fortalecer a educação nas áreas de Reforma Agrária estimulando, propondo, criando, desenvolvendo e coordenando projetos educacionais, utilizando metodologias voltadas para a especificidade do campo, tendo uma vista a contribuir para a promoção do desenvolvimento sustentável. Específicos: Garantir a alfabetização e educação fundamental de jovens e adultos acampados (as) ou assentados (as) nas áreas de Reforma

Agrária; Garantir a escolaridade e a formação de educadores (as) para atuar na promoção da educação nas áreas de Reforma Agrária; Garantir formação continuada e escolaridade média e superior aos educadores (as) de jovens e adultos EJA e do ensino fundamental e médio nas áreas de Reforma Agrária; Garantir aos assentados (as) escolaridade/formação profissional, técnico-profissional de nível médio e curso superior em diversas áreas do conhecimento; Organizar, produzir e editar os materiais didático-pedagógicos necessários à execução do programa; E promover e realizar encontros, seminários, estudos e pesquisas em âmbito regional que fortaleçam a Educação do Campo. (MANUAL OPERACIONAL DO PRONERA, 2004, p. 17).

O PRONERA é uma conquista da luta dos movimentos sociais. Através dele muitos camponeses foram alfabetizados, outros formados, tiveram e continuam tendo direito a uma educação vinculada à realidade do campo. Os cursos oferecidos pelo PRONERA compreendem desde a alfabetização de jovens e adultos até a pós-graduação, eles são organizados na perspectiva da Pedagogia da Alternância.

Dias (2006) afirma que as primeiras experiências no Brasil com base na Pedagogia da Alternância ocorreram na década de 60. Essa iniciativa surgiu após alguns agricultores perceberem a desmotivação dos filhos pela escola que frequentavam, pois não desenvolvia práticas vinculadas à realidade deles. O seu objetivo é a formação integral do jovem do campo.

[...] a pedagogia da alternância, trabalho e família passam a ser incorporados como elementos formativos do processo de aprendizagem do educando, implicando em valorização do lugar de moradia também do ponto de vista educacional, quebrando a lógica de que é necessário sair do campo, morar fora, para estudar. Desta feita, a pedagogia da alternância trata de construir, com os sujeitos locais, relações sociais, políticas e pedagógicas, entre escola, comunidade, conhecimento, saber, trabalho, trabalhos escolares, etc. (ARAÚJO; SILVA, 2011, p. 59).

Segundo Araújo e Silva (2011) trabalhar na perspectiva da Pedagogia da Alternância é importante, porque contribui para que os educandos possam se posicionar como sujeitos sociopolíticos capazes de interferir, refletindo sobre seu “lugar de vida e de trabalho”. No sistema de alternância, o processo de construção do conhecimento é realizado em dois momentos chamados tempo escola e tempo comunidade.

O tempo escola, onde os educandos têm aulas teóricas e práticas, participam de inúmeros aprendizados, se auto-organizam para realizar tarefas que garantam o funcionamento da escola, avaliam o processo e participam do planejamento das atividades, vivenciam e aprofundam valores. O tempo comunidade que é o momento onde os educandos realizam atividades de pesquisa da sua realidade, de registro desta experiência, de práticas que

permitem a troca de conhecimento, nos vários aspectos. Este tempo precisa ser assumido e acompanhado pela comunidade Sem Terra (CALDART, 2000, p. 60).

Através da Pedagogia da Alternância, o educando é instigado a compreender a importância de relacionar teoria e prática, partindo de sua realidade, pois os momentos proporcionam uma aproximação da realidade, passa a conhecer e a buscar a transformação de sua comunidade, através de práticas e experiências vivenciadas no processo participativo junto de professores, colegas, amigos e as famílias.

Neste sentido o PRONERA é visto como uma referência para a educação do campo, os movimentos lutam por políticas públicas permanentes, no âmbito da educação, como mais um direito social.

Construir a educação do campo significa formar educadores e educadoras do e desde o povo que vive no campo como sujeitos destas políticas públicas, que estamos ajudando a construir, e também projetos educativos que já nos identificam. Como fazer isso, é uma das questões que deve continuar nos ocupando especialmente... (CALDART, 2002, p. 30).

Percebe-se que a história da educação do campo foi marcada pelo abandono do poder público. Como respostas a essa realidade:

Surgiram iniciativas de diversos movimentos sociais e sindicais que vêm construindo experiências educativas que refletem os interesses dos povos do campo. Desde alfabetização, técnicos e nível superior em parceria com as universidades brasileiras, apontando para a necessidade de avançar na construção de um novo projeto de desenvolvimento para o campo, no qual a educação ocupa um lugar de destaque (FONEC, 2012, [s.p.]).

Considera-se o PRONERA como fruto de grande mobilização social na luta pela terra e ao mesmo tempo pela educação, pois para muitos trabalhadores rurais ele é considerado como a única oportunidade de acesso à educação (FONEC, 2012).

Nesse contexto de mobilização por uma Educação do Campo o PRONERA é um programa muito importante para o desenvolvimento educacional, para os filhos dos assentados e os próprios assentados que não tiveram oportunidade de estudar cursarem um curso superior em uma universidade; podemos afirmar que ele foi a porta de acesso dos mesmos nas universidades públicas.

2.5 A importância da formação do educador na perspectiva da Educação do Campo⁴

O processo de formação do educador se torna um requisito essencial para a formação do educando, pois através de sua formação incentivará o educando a desenvolver uma consciência crítica contribuindo para sua emancipação como sujeito, enfatizando que através das experiências de ambas as partes poderá ser construída a mediação do conhecimento coletivo com o conhecimento científico, resultando desta maneira uma melhor percepção do conteúdo proposto aos educandos, e assim o educador estará desenvolvendo seu papel de mediador do processo de ensino-aprendizagem.

O conhecimento adquirido pelo educador no seu processo de formação é o primeiro passo para que ele possa descobrir a importância de ser um educador crítico, buscando sempre contribuir para a construção de novos procedimentos metodológicos que tenham também como característica abordar a vivência dos educandos no contexto atual onde vivem.

Ensinar exige do educador rigorosidade no método de ensino. Deve-se sempre buscar na ministração da aula processos metodológicos que contribuam de maneira efetiva para que o educando seja formador de suas próprias indagações. É importante compreender que o espaço de formação independente de qual seja contribuirá para que o educando condicione sua prática de aprendizagem.

A perspectiva da Educação do Campo é que o educador deve propiciar ao sujeito inserido no processo de construção da sua formação dando atividades que permeiam os seus objetivos, pois contextualizar o processo de educação do/no campo não é simplesmente trazer o educando para dentro da sala de aula, mas integrar este à sua vivência sensibilizando-o para a formação humana crítica que contribua em sua formação acadêmica e pessoal.

A Educação no Campo enfatiza em sua construção a valorização do educando e educador, faz uma sistematização das vivências e trabalha em sua conjuntura, orientando o educando a intervir nas transformações sociais existentes à sua volta de forma crítica, não só na sala de aula, mas também nos espaços de aprendizagens dentro e fora das instituições formais. A Educação do Campo não ocorre só na escola, ela aborda a valorização dos aspectos sociais do campo, apontando caminhos para o melhoramento das atividades sociais educativas encontradas nos espaços de vivência e aprendizagem.

⁴ Tópico retirado do artigo elaborado pela autora desta monografia: **A relação entre educação do campo e a educação de jovens e adultos**: o papel do educador na perspectiva da educação do campo, solicitado pela disciplina: Tópicos em educação popular: O legado de Paulo Freire do curso do mestrado no período 2015.1. Universidade Federal da Paraíba.

Assim as atividades são mediadas por práticas que mesmo sem identificação permeiam o processo construtivo de nossas vidas. Na Educação do Campo, é levando em consideração a vivência do educando a partir do desenvolvimento de suas atividades agrícolas com sua família, o modo de organização das atividades familiares, isto é, Educação do Campo, que esta se contrapõe ao modelo de educação vigente que prioriza só o ensino formal, os conteúdos passados na escola, enquanto a Educação do Campo busca aprofundar a valorização da identidade do sujeito camponês, trazendo para os espaços formais suas contribuições do dia a dia.

Isso reafirma a importância da formação continuada dos profissionais de diferentes áreas do conhecimento para promover as mudanças necessárias nos projetos político-pedagógicos das escolas do campo. Embora seja um trabalho árduo, é uma questão pertinente a ser debatida nos planejamentos escolares. O educador Paulo Freire (1991) afirma a importância do educador como agente transformador no processo de alfabetização de todos os níveis de escolarização.

2.6 O projeto político pedagógico e o currículo na escola do campo

O Projeto Político Pedagógico da escola, para além de um documento formal, exigido desde a LDB de 1996 deve ser um documento dinâmico, construído coletivamente que expresse a vida da escola, os objetivos e fins da educação que se pretende empreender, o tipo de organização do trabalho pedagógico, como salienta Batista (2014, p.6).

O projeto político pedagógico da escola do campo, como de qualquer escola, não deve ser encarado como instrumento burocrático para satisfazer uma exigência legal, deve ser um documento embasado teórica e metodologicamente, resultante de uma discussão coletiva com a comunidade escolar incluindo as famílias dos estudantes da escola que serve de guia vivo e ativo de todas as ações educativas, da organização escolar, das práticas pedagógicas, do processo de seleção e avaliação dos conteúdos da ação educativa.

No caso da escola do campo ela deve incorporar os princípios da educação do campo como determina a Resolução CNE/CEB N° 1/2002.

Art. 4° O projeto institucional das escolas do campo, expressão do trabalho compartilhado de todos os setores comprometidos com a universalização da educação escolar com qualidade social, constituir-se-á num espaço público de investigação e articulação de experiências e estudos direcionados para o

mundo do trabalho, bem como para o **desenvolvimento social, economicamente justo e ecologicamente sustentável.**

Art. 5º As propostas pedagógicas das escolas do campo, respeitadas as diferenças e o direito à igualdade e cumprindo imediata e plenamente o estabelecido nos artigos 23, 26 e 28 da Lei 9.394, de 1996, contemplarão a diversidade do campo em todos os seus aspectos: sociais, culturais, políticos, econômicos, de gênero, geração e etnia.

A escola do campo, definida no Decreto 7.352/2010, no artigo 1º, § 1º, inciso I como aquela que independentemente de estar situada na zona rural ou zona urbana atende predominantemente a populações do campo, deve formular um projeto pedagógico que contemple as especificidades do território e da população onde esteja situada.

II - incentivo à formulação de projetos político-pedagógicos específicos para as escolas do campo, estimulando o desenvolvimento das unidades escolares como espaços públicos de investigação e articulação de experiências e estudos direcionados para o desenvolvimento social, economicamente justo e ambientalmente sustentável, em articulação com o mundo do trabalho;

Essa proposição do PPP da escola do campo se insere nos princípios da educação do campo constante no Decreto que também define que são as populações do campo a quem se destina a educação nas escolas do campo: “**populações do campo:** os agricultores familiares, os extrativistas, os pescadores artesanais, os ribeirinhos, os assentados e acampados da reforma agrária, os trabalhadores assalariados rurais, os quilombolas, os caiçaras, os povos da floresta, os caboclos e outros que produzam suas condições materiais de existência a partir do trabalho no meio rural”.

O currículo da escola do campo deve ser organizado na perspectiva de superar o modelo tradicional de ensino, que parte da prática de transmissão do conhecimento e não do pressuposto da construção do conhecimento, valorizando e relacionando com a diversidade social; é importante que o currículo incorpore a diversidade do campo. O Dossiê MST Escola (2005) diz:

O currículo é conjunto de práticas que são desenvolvidas de forma planejada pelo coletivo da escola. O currículo deve ser desenvolvido a partir da realidade próxima das crianças e através das experiências práticas. O aluno precisa perceber claramente que aquilo que está aprendendo tem sentido prático na sua vida no assentamento. Somente assim ele conseguirá avançar no conhecimento da realidade mais distante (DOSSIÊ MST ESCOLA, 2005, p. 52).

Neste sentido, o currículo da escola do campo deve ser pensado a partir da realidade dos povos do campo, da cultura e da agricultura camponesa. Os conhecimentos devem servir de instrumentos para a compreensão e resolução dos problemas que afetam as pessoas da comunidade.

Batista (2014, p. 08) diz que o currículo da escola do campo deve ser orientado por temas geradores: “são assuntos que permitem direcionar toda a aprendizagem para a construção de um conhecimento concreto e com sentido real para as crianças e a comunidade”.

Nossos currículos precisam trabalhar melhor o vínculo entre educação e cultura no sentido de fazer da escola um espaço de desenvolvimento cultural não somente dos estudantes, mas das comunidades. Valorizando a cultura dos grupos sociais que vivem no campo, conhecer outras expressões culturais; produzir uma nova cultura, vinculada aos desafios do tempo histórico em que vivem educadores e educandos e às opções sociais que estão envolvidas (KOLLING; NERY; MOLINA, 1999, p. 68-69).

Os autores chamam atenção sobre a importância de os currículos das escolas trabalharem melhor as questões que envolvem a educação e a cultura não só dos educandos, mas das comunidades também. A escola deve propiciar aos educandos novas experiências ligadas à cultura dos grupos que moram no campo. O povo do campo precisa de espaço para sempre ser estimulado a produzir e apresentar sua cultura, sua arte, sua história. Nesta perspectiva, a escola começa a desempenhar um papel fundamental, a partir da inserção de novas práticas pedagógicas com o propósito de melhorar a reflexão em relação aos diversos contextos sociais, culturais e econômicos.

Conforme a LDB de nº 9.394/96 no seu artigo 26, os currículos do ensino fundamental e médio da Educação do Campo devem “ter uma base nacional comum a ser contemplada, em cada sistema de ensino e estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela”.

Para complementar este trabalho também tem o Decreto 7.352, de 4/11/2010, que traz em seu artigo 6 que a definição sobre os recursos didáticos destinados à Educação do Campo deverá “atender as especificidades e apresentar conteúdos relacionados aos conhecimentos das populações do campo”. Para Silva (2015, p. 37), “assim os conhecimentos próprios dos camponeses serão considerados e dialogados com os saberes acadêmicos, para que possam aprofundar as discussões sobre a proposta de Educação do Campo nas escolas”.

As Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo, de 2002, destacam no seu artigo 2 que a escola do campo deve estar vinculada à realidade do meio rural e dos movimentos sociais. Em seguida, nos artigos 4 e 5, asseguram a universalização da Educação do Campo e sua organização curricular respeitando as diferenças nos temas a serem trabalhados, ligando-os ao mundo do trabalho e ao desenvolvimento sustentável do campo. O currículo na Educação do Campo deve trabalhar com conteúdos curriculares direcionados à realidade dos povos do campo, de forma que os conhecimentos possam servir para resolver problemas que afetam as pessoas e a comunidade.

Para reforçar essa discussão sobre currículo e Educação do Campo, é importante mencionar que as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo garantem no artigo 13, inciso 1:

O currículo deve difundir os valores fundamentais do interesse social, dos direitos e deveres dos cidadãos, de respeito ao bem comum e à ordem democrática, considerando as condições de escolaridade dos estudantes em cada estabelecimento, a orientação para o trabalho, a promoção de práticas educativas formais e não formais.

Nesse contexto o currículo das escolas do campo deve ter uma compreensão da organização do percurso formativo, ser aberto e contextualizado em cada escola. Ainda no artigo 13, inciso 3:

Deve ser construído em função das peculiaridades do meio e das características, interesses e necessidades dos estudantes, incluindo não só os componentes curriculares centrais obrigatórios, previstos na legislação e nas normas educacionais, mas outros, também, de modo flexível e variável, conforme cada projeto escolar (BRASIL, 2013, p. 66).

Para pensar na lógica da transformação social da educação vigente do nosso país devemos buscar alternativas pedagógicas que vêm sendo produzidas também fora da escola. Portanto, essas mudanças das nossas ações pedagógicas são muito importantes e devem ser seguidas pelas escolas no seu currículo. Para Fernandes, Cerioli e Caldart (2008, p. 56) “o currículo é o jeito de organizar o processo educativo na escola. Precisamos também analisar com cuidado todas as experiências e toda a discussão sobre renovação pedagógica que vem acontecendo, a partir da escola, no Brasil e no mundo”. É preciso pensar qual o melhor jeito (pedagogia) de ajudar a construir o currículo da escola do campo.

Na perspectiva da Educação Popular, Pereira (2004) define o currículo como sendo:

Um espaço vivo de construção de conhecimento resultando do pensamento, das experiências dos sujeitos e das suas interações de natureza histórica, social e biológica. O currículo, portanto, é o resultado da incorporação das interações da vida dos sujeitos que se manifestam dentro e fora do espaço escolar (PEREIRA, 2004, p. 53).

Portanto, o autor nos chama atenção em relação ao que é currículo, ele não pode continuar sendo pensado como algo meramente técnico, desvinculado do contexto e das experiências sociais em que a comunidade escolar está inserida, precisa estar vinculado às questões culturais, históricas e econômicas da população camponesa.

3 A ESCOLA MUNICIPAL SANTA LÚCIA: UM RECORTE HISTÓRICO SOBRE A INSTITUIÇÃO

Serão apresentados, neste capítulo, os aspectos históricos sobre o município de Araçagi, o Assentamento Santa Lúcia e a Escola Municipal Santa Lúcia.

3.1 A localização do município de Araçagi-PB

O município de Araçagi está localizado no estado da Paraíba, situado na mesorregião do Agreste, pertencente à microrregião de Guarabira. Tem aproximadamente 110 km de distância da capital João Pessoa. As principais vias de acesso são a BR-101 e a PB-057, sentido Araçagi a João Pessoa.

Figura 01 - Mapa de localização do município de Araçagi no estado da Paraíba



Fonte: Wikipédia, 2014.

A emancipação política do município de Araçagi ocorreu no dia 22/07/1959, através da Lei de nº 2.147. Nesta luta contou-se com apoio dos senhores José Felix da Silva, João Pessoa de Brito e Olívio Câmara Maroja. O município de Araçagi pertencia ao município de Guarabira. A primeira eleição aconteceu no dia 03/10/1960; na oportunidade, foram eleitos: o senhor Vanildo Olívio Ribeiro Maroja para ocupar o cargo de prefeito e o senhor Genival

Ferreira de França como vice-prefeito, os quais foram empossados no dia 17/10/1960 pelo juiz Gentil Marinho de Muribeca da Comarca de Guarabira.⁵

Atualmente o poder executivo é constituído pelo prefeito José Alexandrino Primo, pelo vice Melquezedek Gomes Barbosa e pelo poder legislativo, composto por 09 vereadores.

Araçagi é dividida em zona rural e urbana. De acordo com os dados do IBGE (2010)⁶, a população do município é de 17.224 habitantes, sendo que 60.5% vivem no campo e 39.5% na cidade.

O município de Araçagi faz limite com os municípios, no sentido norte, Pirpirituba, Sertãozinho, Duas Estradas e Curral de Cima; sentido sul, Mulungu, Mari e Sapé; sentido leste, Cuité de Mamanguape e Itapororoca; e, por fim, sentido oeste com o município de Guarabira.

A vegetação que cobre o município é a caatinga, tem o clima quente, com variações entre 23 e 31°C. O período chuvoso inicia no mês de fevereiro e vai até o mês de agosto, com a média anual de chuva é de 750 mm.

A agropecuária é considerada como a principal fonte de renda na zona rural. As principais culturas presentes são feijão, macaxeira, inhame, banana, coco e abacaxi, sendo esta última a atual base econômica, enquanto na pecuária a criação bovina é a principal fonte de renda, seguida das criações suínas e caprinas.

Na zona urbana são realizadas em diversos lugares as atividades comerciais; contamos com casas de comércio varejista, lojas, bares, restaurantes, farmácias, fábricas e mercadinhos.

O município tem vários segmentos religiosos, mas a principal religião é a católica. A paróquia de Araçagi⁷ inicia as festividades alusivas ao seu padroeiro São Sebastião no dia 17 de janeiro e se estende até dia 25; a paróquia celebra a novena com a participação das comunidades, tanto da zona urbana, quanto da zona rural, além de padres de outras paróquias. As comunidades que ajudam a celebrar são: Mata do Estreito, São Miguel, Piabas, Lagoa das Velhas e Gravatá de Piabas, Pitombas, Cipoal e Marmaraú, Canoas, Cachoeira, Cuité, Mutuca, Canafístula e Canafístinha, Muluguzinho, Tainha, Assentamento Santa Lúcia e Pacheco.

No aspecto educacional o município de Araçagi tem 32 instituições de ensino ligadas à rede municipal de ensino, sendo 03 na cidade e 29 localizadas no campo, entre elas está a Escola Municipal Santa Lúcia, onde desenvolvemos a presente pesquisa.

⁵ Disponível em: <<http://profmarto.blogspot.com.br/2011/06/historia-de -araçagi-pbhtml>>. Acesso em: 09 maio 2015.

⁶ Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 05 abr. 2015.

⁷ Disponível em: <[HTTP://www.portalmidia.net/paroquia-de-aracagi](http://www.portalmidia.net/paroquia-de-aracagi)>. Acesso em: 09 out. 2015.

3.2 A luta pela terra do Assentamento Santa Lúcia - Araçagi-PB

O Projeto de Assentamento Santa Lúcia pertence ao município de Araçagi, o acesso é feito através da BR-101 e PB-057, sentido João Pessoa. A antiga fazenda Santa Lúcia pertencia ao senhor Walter Luiz Ribeiro Maroja, que era um dos grandes fazendeiros da região do Agreste paraibano.

A luta pela terra da fazenda Santa Lúcia começou na década de 1990, mas só veio ganhar força no ano de 1994, quando os trabalhadores iniciaram primeiramente a luta pelos direitos trabalhistas e em seguida a luta pela terra com apoio dos Movimentos Sociais.

Durante uma reunião realizada na fazenda com um fiscal do Instituto Nacional de Serviço Social (INSS), os trabalhadores foram orientados sobre a importância de terem as carteiras de trabalho assinadas pelo patrão. Após a reunião o fazendeiro convocou os trabalhadores para conversar sobre a questão das carteiras. Nessa conversa o fazendeiro propôs um acordo: assinaria as carteiras e daria os direitos trabalhistas, porém só seriam contabilizados a partir daquele momento. Os trabalhadores não aceitaram o acordo, revoltados com a decisão do patrão entraram com uma ação trabalhista contra o proprietário Walter Luiz.⁸

Nessa luta os trabalhadores receberam o apoio da Igreja Católica, representada pelo Padre Mauro, da Comissão Pastoral da Terra (CPT) na pessoa de Luiz Pescarmona e do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Araçagi, principalmente durante os momentos de ameaças, perseguições e proibições, pois foram impedidos de plantar na própria fazenda. Alguns trabalhadores foram vítimas de processos, foram acusados de causar destruição na fazenda. Segundo o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Araçagi, foram vários processos, ganharam a terra e processos continuaram rolando na justiça.

Durante os três anos de luta, os trabalhadores foram resistentes, permaneceram unidos, realizaram 1.022 reuniões. De início as reuniões eram realizadas em pé de juá, depois eles começaram se reunir na residência de um morador. Para os adversários da luta essa residência ficou conhecida como “foco”, pois era lá que eles realizavam as reuniões para discutirem estratégias para continuar na luta e enfrentar as dificuldades ao longo da luta pela terra.

A fazenda Santa Lúcia foi declarada de interesse social, para fins de reforma agrária, pelo decreto de 10 de novembro de 1995 publicado no Diário Oficial de 13/11/1995, p.

⁸ As informações contidas neste texto foram coletadas na 1ª palestra sobre a história de luta do Assentamento Santa Lúcia, realizada na Escola Municipal Santa Lúcia, no dia 10 de julho de 2015.

18081, com área de 1.266,0000 ha (um mil, duzentos e sessenta e seis hectares), sendo assentadas cem (100) famílias. Atualmente vivem cento e cinquenta (150) famílias.

Quadro 01 - Dados do Assentamento Santa Lúcia - Araçagi-PB

Nome do imóvel	Fazenda Santa Lúcia
Nome do assentamento	Assentamento Santa Lúcia
Data da desapropriação	13/11/1995
Data da emissão de posse	12/07/1996
Área total	1.041 hectares
Área de reserva legal	212,014 há
Área média da parcela por família	Varia entre 04 e 10 hectares
Número de famílias cadastradas	100
Número de famílias agregadas ⁹ aproximadamente	50
Número de habitantes aproximadamente	520

Fonte: INCRA/EMATER. Plano de desenvolvimento Agrário do Assentamento Santa Lúcia Araçagi- PB, 2001. Adaptado pela pesquisadora, 2015.

Após a emissão de posse, foi criada a Associação dos Agricultores do Assentamento Santa Lúcia, em 1996. Ela é composta por treze membros. A cada dois anos acontece a eleição para renovar a diretoria da associação. A comunidade também conta com uma cooperativa que tem aproximadamente 40 associados. Ela foi fundada em 1998, com a finalidade de melhorar a comercialização dos produtos produzidos na comunidade.

O assentamento é formado por agrovila¹⁰, onde as famílias residem em casas de alvenaria; tem seis (06) ruas, cada uma é identificada pelo nome de um morador que reside em cada rua, ou por algum prédio existente na rua. As ruas são assim chamadas: Rua de Salete, rua da Caixa da Água, rua de Zé Pequeno, rua da Pista, rua do Campo, rua de Marluce e por último a rua do senhor Venâncio.

A antiga casa-grande, hoje denominada pelos assentados de Casa Sede, é o lugar onde eles realizam as reuniões e eventos comemorativos da comunidade; um dos eventos realizado é a comemoração do aniversário do próprio assentamento, realizado no dia 12 de julho, momento em que todos se organizam e preparam uma grande festa em comemoração à conquista da terra.

Em 2015 o assentamento completou 19 anos da emissão de posse. Para comemorar essa conquista, foram realizadas celebrações na igreja durante três noites, festas dançantes,

⁹ São famílias que residem no assentamento e não são cadastradas no INCRA como assentadas, vivem na parcela de parentes.

¹⁰ Núcleo urbanizado que o governo federal cria nas áreas em desenvolvimento, para residência e assistência de trabalhadores rurais. Disponível em: <Michaelis. uol. com.br/moderno/português/index.php? língua>. Acesso em: 07 fev. 2016.

com barracas também, os organizadores da festa mandaram confeccionar uma faixa com a seguinte frase “19º aniversário de posse do Assentamento Santa Lúcia com muita luta e conquista” e colocaram na entrada do assentamento, no dia que culminou com a data do aniversário.

Nesse mesmo dia as famílias saíram em caminhada da casa de um assentado até a igreja, essa é uma tradição que ocorre todo ano. Era nessa casa que eram realizadas as reuniões da luta pela terra, até hoje ela é um símbolo da luta. Em seguida, foi celebrada a missa campal em frente à igreja como mostra a (Figura 02).

Figura 02 - Missa dos 19 anos de existência do Assentamento Santa Lúcia, em 2015



Fonte: Acervo da pesquisadora Geralda, 2015.

A partilha do bolo foi um momento onde estavam presentes os protagonistas da história do Assentamento Santa Lúcia (Figura 03). Mas, antes da partilha do bolo, o presidente do assentamento convidou algumas pessoas que iniciaram a luta para fazer um registro fotográfico, em seguida a população de modo geral também pôde fazer o registro. O bolo media um metro, custou R\$ 400,00 (quatrocentos reais), o dinheiro foi arrecadado entre as famílias, amigos e demais pessoas.

Figura 03 - Fotografia de alguns assentados que iniciaram a luta pela terra do Assentamento Santa Lúcia



Fonte: Acervo da pesquisadora Geralda, 2015.

A religião é parte importante no processo educacional. Uma educação integral envolve também o aspecto da dimensão religiosa ao lado das outras dimensões da vida humana (ROCHA 2008). Na comunidade predomina a religião católica. O Assentamento Santa Lúcia tem uma capela e sua padroeira é Santa Luzia; a festividade religiosa acontece tradicionalmente no período de 04 a 13 de dezembro, dia da padroeira. São convidadas várias comunidades para celebrar a novena, cada comunidade é responsável para organizar e celebrar a novena. Na parte social é realizada a festa dançante, geralmente no dia 12, véspera do dia da padroeira.

A comunidade se reúne em comunhão para celebrar esse momento alusivo à Santa Luzia, conhecida santa que cura as doenças dos olhos das pessoas; os grupos religiosos são os organizadores da festa junto da catequista a senhora Marluce Aquino. Para Roza.

A religião é uma das instituições sociais que mais interveio nas relações humanas, em que a sociedade acaba por assumir uma forma de servidão voluntária [...] onde são pontuados os valores como de família, de mulher e seu papel no meio social são apresentados pela Igreja como seu modelo para a sociedade (ROZA, 2006, p. 35).

Os grupos religiosos presentes na comunidade são: Jovens Unidos em Cristo, formado por jovens, o grupo Semente da Paz, formado pelos homens e, por fim, o grupo das mulheres, chamado Perseverante na Fé; todos desenvolvem trabalhos na igreja, principalmente nas missas, festas etc. Esses grupos são muito presentes na comunidade, eles têm o dia de celebração na igreja. Segundo a senhora Maria da Guia, os grupos celebram uma

vez por semana, sendo que cada um tem seu dia para celebrar. O grupo jovem celebra no sábado; o grupo dos homens celebra todas as quartas o terço dos homens na igreja; e o grupo das mulheres, celebra nas quintas-feiras. Conforme Ruedell (2005, p. 34) “a dimensão religiosa do ser humano é o habitat do religioso e das expressões religiosas que se revestem de traços culturais”.

Em relação à organização da produção na comunidade, ela acontece de duas formas: produção individual, realizada pelas famílias em seus próprios lotes e produção coletiva feita em uma área com a participação de algumas famílias. As (Figuras 04 e 05) mostram a produção individual de uma família no quintal.

Figura 04 - Produção de mamão



Figura 05 - Plantação de capim-santo



Fonte: Acervo da pesquisadora Geralda, 2014.

Nos quintais das residências, encontra-se uma variedade de cultivos: frutíferas (mamão, maracujá, coco, banana e caju), plantas medicinais (capim-santo, erva-cidreira, malva e manjeriço). Nos lotes as culturas são: milho, feijão, abacaxi, macaxeira e inhame.

Para complementar a renda familiar, algumas famílias realizam a farinhada na casa de farinha da comunidade; essa cultura vem da época da fazenda, as famílias sempre se organizam para fazer a farinhada no período da colheita da mandioca. São momentos de trabalho e lazer conforme dona Maria da Guia; juntam várias mulheres para descascar mandioca e em seguida elas lavam a goma para fazer beiju durante a farinhada. Portanto, toda a família trabalha desde a plantação, colheita da mandioca até a farinhada.

3.3 A Escola Municipal de Ensino Fundamental Santa Lúcia

A Escola Municipal de Ensino Fundamental Santa Lúcia está localizada na fazenda Santa Lúcia, na zona rural do município de Araçagi – PB; fica às margens da Rodovia Estadual 057-PB, que liga Mamanguape a Guarabira, no trecho entre os municípios de Itapororoca e Araçagi. Segundo uma educadora¹¹ que trabalha na referida escola, a origem do nome da instituição foi uma homenagem à irmã do senhor Walter, proprietário da fazenda, chamada Lúcia. O pai deles costumava colocar o nome dos filhos nos imóveis.

Em conversa com os moradores do Assentamento Santa Lúcia, eles afirmaram que desde a década de 60 a escola já existe. Ela teve início com uma sala de aula que funcionava na residência familiar, onde morava a educadora, dona Aíde Pereira de Lucena. Essa sala de aula pertencia à rede estadual de ensino¹²; em seguida, passou a ser acompanhada pela rede municipal de ensino de Araçagi. Através do Decreto de nº 473, aprovado no dia 06/05/1999, na administração do prefeito José Alexandrino Primo, a escola passou a pertencer legalmente à rede municipal de ensino de Araçagi. Nesse mesmo ano ela passou por uma reforma, foram construídas as salas de aula, banheiros, cozinha e secretaria; com o passar do tempo perceberam que o espaço físico interno da escola estava pequeno para acomodar os educandos.

Para melhorar a infraestrutura da escola, a gestora solicitou uma reforma para a instituição, pois a estrutura física estava precária. Em 2014 começou a reforma, foi mudada a posição das portas que adentram as salas, antes eram do lado da horta e depois foram colocadas viradas para a PB-057; algumas salas foram forradas, colocaram o forro e a cerâmica na cozinha. As figuras 06 e 07 mostram o antes e depois da reforma na escola.

Essa escola mesmo com o espaço físico interno pequeno, atende 75 educandos, com faixa etária de 03 a 15 anos de idade, oriundos do Assentamento Santa Lúcia, da fazenda Santa Lúcia e de outras comunidades; os educandos são filhos de pais agricultores, beneficiados de programas sociais como bolsa-família e garantia safra, funcionários públicos, pensionistas e aposentados.

¹¹ Esta informação foi coletada durante uma visita à casa de uma educadora em 2014.

¹² Não encontramos documentos que comprovem a informação de que a referida escola pertencia à rede estadual de ensino.

Figura 06 – E.M. Santa Lúcia antes da reforma, 2014 Figura 07 – E.M. Santa Lúcia após a reforma, 2015



Fonte: Acervo da pesquisadora Geralda, 2014.



Fonte: Acervo da pesquisadora Geralda, 2015.

O quadro 02 mostra a estrutura física da escola

Quadro 02 - Estrutura física da escola

Ambientes	Quantidades
Salas de aula	03
Cozinha	01
Banheiro masculino	01
Banheiro feminino	01
Secretaria	01
Dispensa	01
Corredor	01
Cisterna de placa	01
Caixa-d'água	03
Laboratório de informática (em espera)	01
Rampa	01

Fonte: Arquivos da escola pesquisada, 2015.

O prédio da escola é pequeno, a reforma não conseguiu contemplar completamente a necessidade da comunidade escolar, pois precisa construir banheiros para os funcionários, bibliotecas, salas para os educadores entre outros. Segundo a gestora escolar, uma das dificuldades é acomodar as turmas do Programa Mais Educação, falta ambiente adequado para desenvolver as atividades. Os educandos que frequentam o programa dividem o espaço com os demais colegas que estudam na escola. São 04 monitores que trabalham no Programa Mais Educação, cada monitor trabalha um dia por semana, com atividades de português, matemática, ciências, geografia, história e artes.

A Escola Municipal Santa Lúcia participa, através de 03 educadores das turmas multisseriadas do pré II e 1º ano, do 3º e 4º ano e da turma unisseriada do 2º ano, de uma formação continuada oferecida pelo Pacto Nacional de Alfabetização na Idade Certa (PNAIC)¹³. Ele se constitui como um pacto assumido pelos governos Federal, Estaduais e Municipais, e assegura que todas as crianças sejam alfabetizadas até os oito anos de idade; isso está previsto no Decreto de nº 6.094/2007, especificamente no tocante ao inciso II do artigo 2 “alfabetizar as crianças até, no máximo, os oito anos de idade”.

3.3.1 Aspecto administrativo da escola

Atualmente a escola possui 15 funcionários, sendo 02 responsáveis pela gestão, 05 profissionais que compõem o corpo docente, 03 auxiliares de serviços gerais e 04 monitores do Programa Mais Educação. Quanto à escolha da gestora escolar é através de indicação política. A escola tem um corpo técnico formado pela gestora e um orientador pedagógico. Ela funciona nos turnos da manhã e tarde, pela manhã no horário das 07h00 às 11h00 e pela tarde das 13h00 às 17h00.

Quadro 03 - Número de educandos por ano, 2015

Turnos	Anos	Nº de educandos
Manhã	Pré I	15
Manhã	3º e 4º ano	08 do 3º ano e 09 do 4º ano
Manhã	5º ano	17
Tarde	2º ano	14
Tarde	Pré II e 1º ano	04 do pré II e 08 do 1º ano

Fonte: Arquivos da escola pesquisada, 2015.

O quadro 03 mostra que há turmas multisseriadas funcionando na escola, isso porque a quantidade de educandos por turma é insuficiente para formar turmas unisseriadas, por essa razão faz a junção das turmas.

Segundo o Caderno de Orientações Pedagógicas para Formação de Educadoras e Educadores (BRASIL, 2010a, p. 23), “passou a ser conhecida como multisseriada para caracterizar um modelo de escola do campo que reúne em um mesmo espaço um conjunto de séries do ensino fundamental”. É nesse contexto que nascem as turmas multisseriadas, principalmente no campo, elas se apresentam como uma solução para legitimar o

¹³ Disponível em: <<http://pacto.mec.gov.br/o-pacto>>. Acesso em: 10 jul. 2015.

funcionamento de determinadas turmas, devido ao número baixo de educandos; essa realidade implica no rendimento escolar dos educandos e dificulta o processo de ensino-aprendizagem.

Segundo dados do INEP (2011), no Brasil existem 45.716 escolas funcionando com turmas multisseriadas, onde são ministradas aulas para alunos de diferentes idades e séries, sendo que 42.711 estão localizadas no campo e 3.005 na cidade, são 1.040.395 matrículas no campo e 91.491 na cidade.

O educador que atua em classe multisseriada se desdobra para conseguir desempenhar o seu papel com sucesso; isso é quase impossível, pois a demanda de uma turma multisseriada é muito grande, o educador precisa desenvolver suas ações enquanto mediador conhecido com muito equilíbrio, para que as expectativas dos educandos sejam superadas em relação à aprendizagem.

O professor das classes multisseriadas acabou por apresentar-se como um malabarista no sentido de desdobrar-se e equilibrar entre as variadas atribuições que lhe foram impingidas e é o professor que consegue mediar aprendizagem para até dezoito crianças simultaneamente. (TOLEDO, 2005 *apud* SANTOS, 2014, p. 11).

Em meio a tantas dificuldades, há casos em que o educador atua como professor, auxiliar, merendeira, vigia, psicólogo, médico, pois há casos em que falta apoio da equipe pedagógica da escola e também não tem parceria entre escola e família. Essa realidade compromete a qualidade de ensino que essas instituições oferecem aos educandos, principalmente no campo, aonde esses casos são frequentes.

3.3.2 Aspecto pedagógico da escola

No início das atividades do ano letivo, a escola participa junto com as demais, em um encontro promovido pela Secretaria Municipal de Educação, no qual são discutidas as ações que a secretaria junto com as escolas deseja cumprir no decorrer do ano letivo. Em seguida ela realiza seu próprio encontro com seus funcionários para também discutir o plano de trabalho.

A escola dispõe de materiais didáticos e tecnológicos, que são utilizados nas aulas de acordo com a necessidade. Eles estão listados abaixo (Quadro 04).

Quadro 04 - Demonstrativo dos materiais didáticos e tecnológicos

Descrição	Quantidades
Copiadora	01
Encadernadora	01
Microscópio	01
Plastificadora	01
Câmara fotográfica	01
Estação meteorológica	01
Balança	01
Lupas	05
Trenas	05
Bússolas	05
Globo	01
Rádio portátil MP3	01
Gravador de áudio MP3	01
Notebook	01
Quadro branco	03
TV 21 polegadas	01

Fonte: PPP da escola pesquisada, 2015.

O Projeto Político-Pedagógico da instituição foi reconstruído com participação da gestora, docentes, estagiária, representantes da comunidade, discentes e pais de educandos.

A Escola Municipal Santa Lúcia realiza reuniões bimestrais de pais e mestres, com o objetivo de conversar sobre a situação dos filhos que frequentam a referida escola, em relação à frequência, comportamento em sala de aula e as dificuldades na aprendizagem, ressaltando a importância do acompanhamento dos pais para que os filhos tenham melhor desenvoltura tanto na aprendizagem em sala de aula como também uma formação humana.

4 O PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO DA ESCOLA MUNICIPAL SANTA LÚCIA: PRIMEIROS PASSOS PARA SUA (RE) CONSTRUÇÃO

Neste capítulo destacamos as concepções de PPP com base em alguns teóricos, que mostram a importância de as escolas elaborarem suas propostas vinculadas à realidade onde estão inseridas. Em seguida, apresentamos algumas ações realizadas na escola a partir do trabalho de pesquisa.

4.1 A importância do projeto político-pedagógico

O Projeto Político-Pedagógico (PPP) é um documento que norteia o trabalho pedagógico da instituição de ensino; é através dele que conhecemos a comunidade escolar, a partir de suas ações, metas, objetivos e desafios com relação à formação humana e sua organicidade para desenvolver e avaliar o trabalho pedagógico de todos. Para Ferreira (2001, p. 561) o termo projeto é conceituado como sendo “plano, intento, empreendimento, redação preliminar de lei, de relatório, plano geral de edificação”.

O Projeto Político-Pedagógico é um plano global da instituição. Pode ser entendido como a sistematização, nunca definitiva, de um processo de Planejamento Participativo, que se aperfeiçoa e se concretiza na caminhada, que define claramente o tipo de ação educativa que se quer realizar. É um instrumento teórico-metodológico para a intervenção e mudança na realidade (VASCONCELLOS, 2000 p. 169).

Assim, o PPP é compreendido como um processo de mudança e antecipação de um futuro diferente, que representa uma direção em que todos devem seguir, é um compromisso com a transformação e qualidade de ensino. Veiga (1995, p. 38) diz que “o projeto político pedagógico delinea de forma coletiva a competência principal esperada dos educadores e de sua atuação na escola”.

Batista (2014) enfatiza a importância do PPP para as escolas.

O projeto político-pedagógico da escola do campo, como de qualquer escola, não deve ser encarado como instrumento burocrático para satisfazer uma exigência legal, deve ser um documento embasado teórica e metodologicamente, resultante de uma discussão coletiva com a comunidade escolar, incluindo as famílias dos estudantes da escola que serve de guia vivo e ativo de todas as ações educativas, da organização escolar, das práticas pedagógicas, do processo de seleção e avaliação dos conteúdos da ação educativa. (BATISTA, 2014, p. 5).

Para a autora, o PPP das escolas não deve ser considerado como documento burocrático para atender às exigências solicitadas pelas secretarias municipais de educação, mas para pensar na construção da proposta a partir de discussões coletivas com a comunidade escolar para que todos tenham conhecimento do que está sendo construído a partir das dimensões política e pedagógica do PPP.

O PPP é uma ação intencional que retrata as ideias, os anseios e os sonhos definidos coletivamente pela comunidade escolar. Para Veiga (1995, p. 13) o projeto é considerado como uma dimensão política porque “a dimensão política se cumpre na medida em que ela se realiza enquanto prática especificamente pedagógica. É político no sentido de compromisso com a formação do cidadão para um tipo de sociedade”.

Para Saviani (1983) a dimensão pedagógica do PPP mostra a intencionalidade da escola.

Na dimensão pedagógica reside a possibilidade da efetivação da intencionalidade da escola, que é a formação do cidadão participativo, responsável, compromissado, crítico e criativo. Pedagógico, no sentido de definir as ações educativas e as características necessárias às escolas de cumprirem seus próprios propósitos e sua intencionalidade (SAVIANI, 1983, p. 93).

Para o autor o projeto político-pedagógico da escola é um compromisso em que a escola deve colocar em prática suas metas e ações para atingir seus anseios nos quais o corpo docente pensou para fortalecer o projeto. Para Veiga (2003) na concepção emancipatória o projeto político-pedagógico mostra que:

O projeto é um meio de engajamento coletivo para integrar ações dispersas, criar sinergias no sentido de buscar soluções alternativas para diferentes momentos do trabalho pedagógico-administrativo, desenvolver o sentimento de pertença, mobilizar os protagonistas para explicação de objetivos comuns definindo o norte das ações a serem desencadeadas, fortalecer a construção de uma coerência comum, mas indispensável, para que a ação coletiva produza seus efeitos (VEIGA, 2003, p. 275).

Na concepção emancipatória o PPP tem a finalidade de promover a autonomia da instituição e o pensamento crítico dos sujeitos envolvidos, possibilitando a superação das normas impostas pelo sistema educacional. Assim o PPP passa a ser um documento teórico-prático através da participação coletiva dos sujeitos, definindo os valores, princípios e metas para desenvolver uma boa formação humana (PENTEADO, 2008).

Nesse contexto educacional de formação dos sujeitos - críticos, emancipados e democráticos, não se pode utilizar métodos autoritários no espaço escolar, pois o espaço escolar é um ambiente democrático. Conforme Arroyo, Caldart e Molina (2008, p. 162) “a

escola deve assumir a gestão democrática em seus diversos níveis, incluindo a participação das alunas e dos alunos, das famílias, das comunidades, das organizações e dos movimentos populares”. Arroyo, Caldart e Molina (2008) ainda dizem que a Educação do Campo tem por base a necessidade do engajamento de seus sujeitos na concretização dos compromissos assumidos durante reconstrução do seu projeto político-pedagógico.

A gestão democrática é definida no Art.55 da Resolução CNE/CEB nº 4/2010, da seguinte forma:

A gestão democrática constitui-se em instrumento de horizontalização das relações, de vivências e convivências colegiadas, superando o autoritarismo no planejamento e na concepção e organização curricular, educando para a conquista da cidadania plena e fortalecendo a ação, conjuntura que busca criar e recriar o trabalho da e na escola (BRASIL, 2010c).

Para trabalhar na perspectiva da democratização da escola se faz necessário que o corpo docente, discente e toda a comunidade lutem para conquistar seu espaço no contexto educacional do seu município e buscar sua autoorganização. Para o Dossiê MST Escola (2005) a auto-organização.

É o direito dos educandos se organizarem em coletivos, com tempo e espaço próprio, para analisar e discutir as suas questões, elaborar propostas e tomar as suas decisões em vista de participar como sujeitos da gestão democrática do processo educativo da escola como um todo (DOSSIÊ MST ESCOLA, 2005, p. 207).

4.2 Conhecendo a (re) construção do PPP da Escola Municipal Santa Lúcia

O primeiro contato com a escola aconteceu através de uma visita, na qual fomos recebidas pela gestora escolar. Durante essa visita nos apresentamos, falamos sobre o objetivo da nossa presença na escola, explicamos que somos estudantes do curso de especialização em agroecologia da Universidade Estadual da Paraíba, estamos realizando o estágio de vivência do referido curso na comunidade e na oportunidade queremos conhecer a escola e contribuir com alguma coisa caso esteja precisando. A gestora foi muito objetiva e logo nos convidou para reconstruirmos a proposta pedagógica da escola, considerando que o objetivo do curso era que cada educando desenvolvesse a pesquisa de acordo com a necessidade da comunidade. Então aceitamos a proposta da escola.

A partir daquele momento, com a intervenção da estagiária, articulamos um encontro com gestora, supervisor e docentes e analisamos o modelo de PPP enviado pela secretaria de

educação para identificarmos os pontos que contemplavam a realidade de uma escola localizada no campo. Após este encontro juntamente com a comunidade escolar começamos a trabalhar na (re) construção do PPP da instituição de ensino. Para sua construção foram realizadas periodicamente reuniões com representantes da comunidade escolar para discutir o processo de elaboração do PPP, a partir dos pontos que seriam acrescentados no referido projeto, já que o modelo padrão que segue em anexo (anexo A) não contemplava alguns pontos que merecem estar no documento visto que ele é um documento norteador do fazer político e pedagógico da instituição. Para Veiga (2001, p. 56) o projeto da escola “não se constitui na simples produção de um documento, mas na consolidação de um processo de ação que exige o esforço conjunto e a vontade política do coletivo escolar”.

Com isso a comunidade escolar entendeu a importância de (re) construirmos a proposta. Durante as reuniões foram discutidos os objetivos, as ações, a organização curricular, a avaliação entre outros, onde cada um apresentava suas ideias e questionamentos; ora parecia ser fácil, mas sempre surgiram dúvidas, nos momentos de dúvidas recorriamos aos referenciais teóricos, bases legais e à própria comunidade, pois precisávamos de informações e só através de leituras e pesquisas conseguiríamos produzir o PPP.

O saber não é uma simples cópia ou descrição de uma realidade estática. A realidade deve ser decifrada e reinventada a cada momento. Neste sentido, a verdadeira educação é um ato dinâmico e permanente de conhecimento centrado na descoberta, análise e transformação da realidade pelos que a vivem (BRANDÃO, 1999, p.19).

Neste sentido percebemos a importância do conhecimento para (re) construirmos a proposta vinculada à realidade do campo, fazendo assim a mudança acontecer, o desejo da comunidade escolar de ampliar o PPP. A elaboração de um projeto deve contemplar o aspecto ético, de gênero, cultural e social da comunidade escolar, pois cada instituição tem suas especificidades. “A construção de projeto político-pedagógico requer continuidade das ações, descentralização, democratização do processo e tomada de decisões e instalação de um processo coletivo de avaliação do cunho emancipatório” (VEIGA, 1995, p. 33).

Assim, entendemos o PPP como movimento em construção, sujeito a mudanças seja dentro da escola ou fora do ambiente escolar. O resultado dessa inovação foi graças ao trabalho teórico e prático realizado por todos que compõem a escola. Após a conclusão do PPP (EMEF ESCOLA SANTA LÚCIA, 2015) o mesmo foi entregue à secretaria de educação do município, mostrando que houve alteração em relação ao modelo de PPP disponibilizado.

4.3 A estrutura básica do PPP da escola após sua (re) construção

No projeto encontramos informações importantes sobre o contexto histórico e sociocultural da comunidade, a partir da caracterização da comunidade, sua organicidade, como também a caracterização dos educandos que frequentam a instituição. Ele está estruturado da seguinte forma: apresentação, histórico da escola e caracterização da clientela, marco legal que fortalece essa proposta, objetivo geral e objetivos específicos da escola, metodologia, missão da escola, nossos valores, metas e ações da escola, unidade mantenedora, organização e distribuição dos educandos por série/ano, administração e coordenação pedagógica, o conselho escolar, avaliação, pontos fortes e pontos fracos da escola, componentes curriculares estudados, palavras conclusivas, referências bibliográficas e anexos.

Todos estes pontos contidos no PPP foram discutidos em coletivo durante os momentos de reuniões para a (re) construção do documento. Segundo o PPP (EMEF ESCOLA SANTA LÚCIA, 2015) as metas da escola são:

- 1-Criar condições para melhorar o ensino fundamental contextualizando-o nas vivências sociais, culturais, econômicas, históricas, geracionais de seus educandos;
- 2-Proporcionar a participação efetiva dos pais, professores nas discussões de assuntos de interesse da comunidade escolar;
- 3-Levar o professor/a ter amor pelo trabalho que desempenha;
- 4-Orientar os professores a acompanhar e avaliar sua prática docente;
- 5-Organizar os arquivos escolares;
- 6-Organizar um calendário com datas comemorativas, incluindo as referentes à luta pela terra no assentamento em que a escola está inserida;
- 7-Relembrar e vivenciar a história dos mártires/líderes do campo na luta pela terra;
- 8-Motivar visitas ao assentamento para conhecer suas principais áreas, como casa de farinha, casa sede, a área de preservação da comunidade;
- 8-Promover o estudo crítico do espaço local (assentamento) e do município em todos os seus aspectos: geográfico, histórico, econômico, cultural e ambiental;
- 9-Organizar excursões pelas terras pertencentes ao assentamento para estudo do espaço comunitário geograficamente, culturalmente e economicamente;
- 10-Proporcionar ao corpo docente momentos de estudo que possibilite o aprimoramento das habilidades de avaliar e lecionar;
- 11-Promover um ambiente escolar agradável, acolhedor onde tenha respeito às diferenças de forma a entender o percurso de cada educando na construção do conhecimento;
- 12-Envolver as famílias dos educandos na vida da escola, parceria fundamental para uma boa educação.

Essas metas foram selecionadas em conjunto pela comunidade escolar, após a sua exposição. Veremos algumas ações já desenvolvidas na escola após a conclusão da proposta

pedagógica; podemos considerá-las como os primeiros passos para efetivação da Educação do Campo na Escola Municipal Santa Lúcia.

4.4 Atividades desenvolvidas relacionadas à cultura popular no decorrer da vivência na Escola Santa Lúcia

A Escola Municipal Santa Lúcia tem a cultura de realizar algumas atividades vinculadas ao contexto dos educandos. Através da (re) construção do PPP, essas atividades passaram a ser asseguradas na proposta pedagógica; com isso elas ganharam mais autonomia em relação ao planejamento e execução.

A cultura popular está presente na Escola Santa Lúcia através de algumas festas religiosas ou cívicas. Entende-se por cultura popular como sendo:

A prática de uma relação de compromissos entre movimentos de cultura popular e movimentos populares através da cultura. Define-se como o projeto de realização coletiva dessa prática, através daquilo que deve ser construído no e como a dimensão propriamente educativa da cultura popular (STRECK; REDIN; ZITKOSKI, 2010, p. 107).

As Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (BRASIL, 2013) garantem em seu artigo 4 inciso II a “liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber”. Assim de forma teórica e prática os educadores da instituição buscam garantir a efetivação de divulgação da cultura popular existente na escola.

As atividades ora apresentadas serão relatadas de acordo com o momento de sua realização; a realidade do calendário escolar da escola Santa Lúcia também não é diferente das demais escolas brasileiras. Pois o calendário é repleto de eventos associados às tradições religiosas, populares e culturais. Para iniciar a descrição das atividades realizadas começaremos descrevendo as atividades que a escola realizou no período pascoal.

A Páscoa é um momento em que os professores da escola trabalharam a religiosidade. Nesse contexto cultural tem o momento lúdico com as crianças; em 2015 os professores de duas turmas juntaram os educandos e prepararam atividades de leituras, desenhos e produção de toucas usando o desenho do coelho da páscoa para as crianças colocarem na cabeça e por fim distribuíram ovos de páscoa.

Assim como as demais festividades, como já é conhecido o mês de maio como o mês das mães. A escola tem toda uma organização para esse momento, faz reunião para ver o que vai ser oferecido às mães no seu dia tão sublime; é um momento democrático, cada um dá sua

ideia. Nesse ano foi oferecido um café da manhã. Então os professores iniciaram com música e mensagem, como também os filhos homenagearam suas mães com a leitura de mensagens.

Durante a festa das mães recebemos a visita de algumas pessoas vinculadas à secretaria municipal de educação, como também a visita do senhor prefeito do município de Araçagi, que vieram prestigiar a festa das mães e doaram presentes para serem sorteados entre as mães presentes, como também a própria escola junto com os professores compraram presentes, deram a cada mãe e nenhuma mãe ficou sem receber uma lembrança da festa; foi um café da manhã oferecido às mães, já é tradição a festa das mães na escola.

Junho é um mês festivo, onde são comemoradas as festas de três santos. Rodriguez (1993, p. 114) afirma que “no mês de junho ocorre uma das festas mais tradicionais do catolicismo popular em todo Brasil, principalmente no Nordeste. São os festejos do ciclo junino, em homenagem a três santos: Santo Antônio no dia 13, São João Batista, no dia 24; e São Pedro dia 29”. A noite de São João é a noite que mais se destaca.

É com esse espírito de festa junina que a Escola Santa Lúcia festeja com muita alegria como todo o Nordeste. Para Rodriguez (1993, p. 115) no Nordeste as festas juninas estão diretamente vinculadas ao início da colheita do milho e é sobre esse alimento que se concentra toda a culinária da época. Para manter viva essa cultura a comunidade escolar sempre realiza a festa junina na escola, buscando inovar a cada ano. Em 2015 teve brincadeira, forró pé de serra, desfile da rainha do milho. Esta escolha é feita de forma democrática; na preliminar foram escolhidas cinco (05) crianças que ganharam mais aplausos, em seguida foi escolhida aquela que recebeu mais aplausos. Este ano a rainha escolhida foi uma criança que estuda na turma do 4º, residente no Assentamento Santa Lúcia.

A festa continua com comidas típicas: bolo, milho cozido, canjica e outros. Conforme Rodriguez (1993) os festejos são por conta da fartura da colheita durante o ano. Para coroar esse momento os educadores da escola em parceria com a comunidade se reuniram e doaram alimentos para formar um balaio de produtos; em seguida fizeram o sorteio. Também esteve presente a secretária de educação do município na pessoa de Marinalva e a população de um modo geral. Esse momento já se tornou tradição na história da escola, é uma das festas em que os educandos mais se divertem¹⁴.

Na Semana do Meio Ambiente, comemorada na primeira semana de junho, a Escola Municipal Santa Lúcia realizou atividades educativas em prol da preservação da natureza. Os educadores planejaram atividades e desenvolveram ações junto aos educandos, primeiramente trabalharam a parte teórica dos conteúdos que envolvem o meio ambiente; em seguida foi a

¹⁴ Fala de uma educadora, durante as festividades juninas, realizadas em junho de 2015.

parte prática, na qual os educandos realizaram coleta de materiais recicláveis para reaproveitá-los construindo alguns objetos e decoraram as salas de aula.

As atividades do último dia da Semana do Meio Ambiente culminaram em dois momentos. Primeiro o gestor, educadores, estagiária e educandos construíram pequenos canteiros de hortaliças em consórcio com frutíferas na escola. As mudas foram adquiridas pelos participantes que durante a semana se mobilizaram para conseguir diversas mudas (Figura 08).

Figura 08 - Mudanças de plantas



Fonte: Acervo da pesquisadora Geralda, 2015.

Abaixo a figura 09 mostra a variedade de mudas que os envolvidos nas atividades conseguiram; algumas foram plantadas na própria escola e outras no assentamento inclusive no terreno onde está sendo construída a nova escola.

Figura 09 - Os educandos levando as mudas para plantar no Assentamento Santa Lúcia



Fonte: Acervo da pesquisadora Geralda, 2015.

No decorrer de todas as atividades, os educandos se mostraram preocupados com a preservação do meio ambiente, mostraram também a imensa satisfação em trabalhar com atividades de suas vivências, relacionando seus conhecimentos práticos e teóricos de forma atrativa e prazerosa junto à escola (Figura 09).

No mês de agosto a escola realizou duas atividades; a primeira foi a festa em comemoração ao dia dos pais e a segunda foi a semana do folclore. A festa dos pais é considerada como um momento de confraternização entre a escola e os pais; foi realizada numa sexta-feira no turno da manhã, a escola ofereceu um momento lúdico com as crianças durante toda a manhã.

O dia 22 de agosto, dia do folclore, é uma data comemorativa na qual a Escola Santa Lúcia durante a semana desenvolve atividades relacionadas ao folclore. A comemoração dessa data está assegurada no PPP (EMEF ESCOLA SANTA LÚCIA, 2015). Rodriguez (1993, p. 87) diz que “o folclore é toda expressão espontânea que encontramos nos grupamentos humanos”. Neste sentido toda pessoa contribui de forma espontânea para manter viva a cultura folclórica, através de gestos, brincadeiras etc.

Na parte teórica foi trabalhada a história do folclore, como ela surgiu, quais as brincadeiras consideradas como brincadeiras folclóricas, como elas são realizadas. Na parte prática foram realizadas leituras infantis com ajuda de uma monitora; depois foram distribuídas comidas típicas como tapiocas, bolo de macaxeira, cocada, mugunzá, arroz-doce, pipoca e, por fim, concluiu-se com uma dança e entrega de lembrancinhas para as crianças. O folclore é uma herança que recebemos de nossos antepassados e passamos de geração a geração de forma espontânea e dinâmica (RODRIGUEZ, 1993).

A escola também realizou o dia das crianças; os educadores confeccionaram lembrancinhas, compraram presentes, ornamentaram a escola e realizaram brincadeiras com os educandos. As brincadeiras foram: brincadeira do saco, onde as crianças entram dentro dum saco e saem pulando até chegar ao lugar determinado pela organização, quem chegar primeiro, ganha um brinde; e a brincadeira da laranja na testa, esta os participantes tentam ficar um bom tempo com ela na testa, quem permanecer mais tempo com ela na testa é o ganhador da brincadeira; também teve música e poesias como podemos ver no face da escola num vídeo disponível. Para encerrar esse momento teve a distribuição de pipocas, picolé, bolos, sanduíche e brinquedos. Para as crianças são momentos marcantes e felizes, pois eles saem da dicotomia da sala de aula.

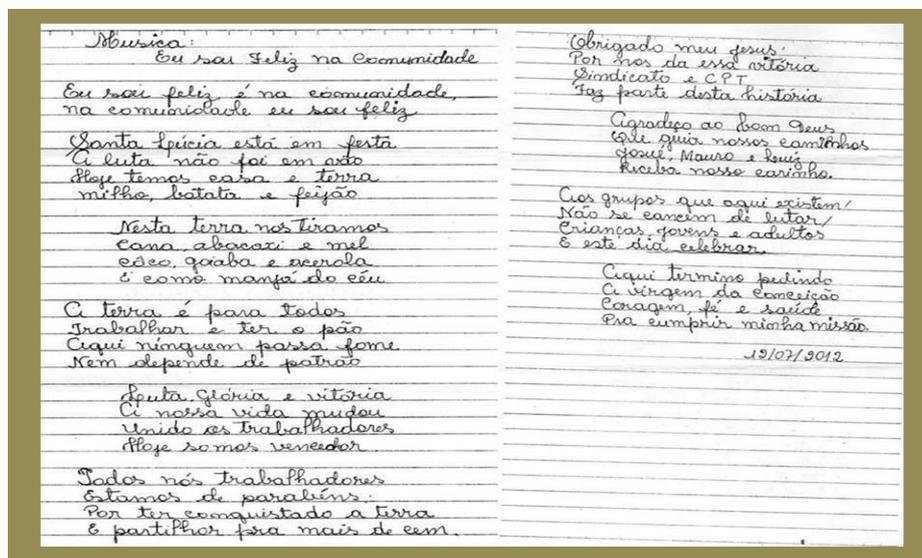
No contexto de organização do cotidiano escolar vê-se a importância de a instituição trabalhar as relações sociais da realidade cultural do aluno. Além disso, deve buscar o desenvolvimento das habilidades necessárias para o desempenho educacional dos educandos.

4.5 A Escola Santa Lúcia trabalhando a história de lutas e conquistas dos 19 anos do Assentamento Santa Lúcia

A Escola Santa Lúcia realizou pela primeira vez uma semana de atividades entre os dias 06 e 10 de julho de 2015, sobre a História de Luta do Assentamento Santa Lúcia. As atividades foram planejadas de acordo com o ano/série. Em conversa com alguns educadores, eles afirmaram que foram trabalhados conteúdos envolvendo os componentes curriculares de português, geografia, história e artes, com o objetivo de que todos pudessem conhecer e valorizar a luta pela terra do Assentamento Santa Lúcia.

Dentre as atividades trabalhadas em sala de aula sobre o assentamento, a educadora do 5º ano preparou uma música intitulada “Eu sou feliz na comunidade”, para apresentar no dia da palestra. Ela também retrata um pouco da história do Assentamento Santa Lúcia. A seguir, a letra da música de autoria da educadora já citada que também é assentada(Figura 10). Esta música retrata um pouco de como vivem as famílias no Assentamento Santa Lúcia, após a conquista, destaca também a enorme gratidão que tem pelos representantes do sindicato e da CPT, ambos estiveram e estão presentes na história do Assentamento Santa Lúcia.

Figura 10 - Letra da música: Eu sou feliz na comunidade



Fonte: Acervo de Salete,¹⁵ 2015.

¹⁵ Música de autoria da assentada Maria Salete, que reside no Assentamento Santa Lúcia, 2015.

Para concluir a semana de atividades, foi realizada uma palestra no dia 10 de julho na escola, sobre os 19 anos de lutas e conquistas do Assentamento Santa Lúcia. Para ministrar a palestra foram convidados alguns assentados da comunidade que participaram ativamente da luta desde os primeiros momentos até os dias atuais. Antes de iniciar a palestra alguns educandos com apoio de uma educadora cantaram a música que haviam preparado. Vejamos abaixo apresentação (Figura 11) do coral no momento em que está cantando.

Figura 11 - Apresentação da música: Eu sou feliz na comunidade



Fonte: Acervo da pesquisadora Geralda, 2015.

Após esse momento a mesa foi composta pelos palestrantes, o padre que acompanha a comunidade fez a bênção e logo em seguida a assentada e educadora Salete apresentou de forma resumida a história do Assentamento através de versos em (anexo B) mostrando a trajetória de luta das famílias que moravam na fazenda Santa Lúcia.

Figura 12 - Os assentados do Assentamento Santa Lúcia ministrando a palestra



Fonte: Acervo da pesquisadora Geralda, 2015.

Durante a palestra, a história de luta foi recontada pelos protagonistas que viveram e vivem a luta. Eles relataram as dificuldades a partir da sonegação dos direitos trabalhistas, ameaças de destruição de lavouras e fome. Um dos palestrantes afirmou que “*não podia pegar um pau de lenha, pescar, pegar água, era tudo vigiado*”.

O presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Araçagi falou da luta pela terra do Assentamento Santa Lúcia e da atenção que o sindicato teve e tem com os trabalhadores. Como mostra seu depoimento a seguir.

[...] aqui tem uma história muito bonita, acho que não é por a gente ser o melhor assentamento da Paraíba, eu acho também que a luta foi a melhor. Foi uma história diferente, foi uma luta que se envolveu a comunidade, mostrou raça, mostrou força e a gente conseguiu o que é hoje essa linda propriedade. O Assentamento Santa Lúcia é exemplo para a Paraíba e por Brasil [...] é um orgulho para gente, o sindicato fazer parte dessa história e inclusive a gente defende os trabalhadores, esse é nosso papel. O sindicato sempre esteve, sempre está e sempre estará na luta dos trabalhadores porque a gente só tem uma bandeira a do trabalhador (Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Araçagi, 2015).

Através do depoimento, podemos perceber a importância da organização dos trabalhadores junto ao sindicato para conquistar a terra. Essa atividade contribuiu muito com a formação humana dos sujeitos, a partir do resgate histórico e cultural da luta pela terra onde eles vivem e que não deve ser esquecida, ela precisa ser recontada sempre, passando de geração em geração. Essa atividade foi pensada a partir da reformulação do PPP, acrescentamos na sua matriz pedagógica, pois algumas crianças como também alguns profissionais da escola desconheciam a história de luta do assentamento.

4.6 Trabalhando a Educação Ambiental através das oficinas pedagógicas

A Educação Ambiental surge como uma das estratégias para enfrentar os problemas ambientais causados pela ação do homem. Para Alves Filho (2002) a Educação Ambiental é considerada como uma educação que se preocupa com a preservação ambiental para que o cidadão desperte o seu senso crítico em relação à conscientização ecológica e social que deve ter com o meio ambiente.

Para Carvalho (2006) a Educação Ambiental é:

Considerada inicialmente como uma preocupação dos movimentos ecológicos com a prática de conscientização, que seja capaz de chamar a atenção para a má distribuição e acesso aos recursos naturais, assim como ao

seu esgotamento, envolver os cidadãos em ações sociais ambientalmente apropriadas (CARVALHO, 2006, p. 71).

Neste contexto a Educação Ambiental pode se entendida como um caminho viável para que as pessoas possam mudar suas atitudes, compreendendo a importância de preservar o meio em que vivem através da conscientização ambiental.

Este tópico apresenta várias atividades desenvolvidas durante as oficinas pedagógicas de reutilização de garrafas pet e papelão e outra sobre a horta na escola com os educandos da Escola Municipal Santa Lúcia. Denominamos de oficinas pedagógicas porque.

São tempos e espaços voltados para a capacitação, ou seja, são atividades centradas no aprendizado de habilidades (aprender a fazer...), construídas pela prática direta dos próprios educandos (... fazendo), orientada ou monitorada por mestres daquelas habilidades em questão (DOSSIE MST ESCOLA, 2005, p. 262).

Essas oficinas tiveram como objetivo geral desenvolver a compreensão no sentido de adotar atitudes que venham contribuir com a preservação do meio ambiente. Como específicos: orientar os educandos sobre a importância de interligar a agroecologia e a Educação do Campo na escola a partir da horta; conscientizar os participantes sobre a importância do trabalho individual e coletivo para preservar o meio ambiente através da reciclagem. Nas oficinas pedagógicas foram desenvolvidas atividades expositivas com apresentação e discussões sobre os temas lixo, reutilização de materiais e horta escolar, ambos ligados ao meio ambiente, utilizando cartazes. Nessas discussões foi ressaltada a importância da reutilização das garrafas e do trabalho com a horta; também foram realizadas visitas na escola e na comunidade para coletar o lixo, principalmente material reciclável e visitas à horta da escola. Morgado conceitua horta escolar como:

A horta dentro do ambiente escolar pode ser um laboratório vivo, que abre diversas possibilidades para o desenvolvimento de diferentes atividades pedagógicas em educação ambiental e alimentar unindo teoria e prática, de forma a retratar todo o contexto; deverá auxiliar no processo de ensino-aprendizagem e permitir que se estreitem as relações através da promoção da coletividade e cooperatividade entre os agentes sociais envolvidos (MORGADO, 2006 *apud* DIAS; SILVA, 2013, p. 03).

O trabalho com a horta escolar deve contribuir no processo de ensino-aprendizagem dos educandos; cabe ao educador trazer para a sala de aula a vivência desses educandos junto

ao trabalho da horta, envolvendo no seu planejamento atividades relacionadas à horta nos componentes curriculares de português, matemática, ciências, história e artes.

Figura 13 - Educandos na horta durante a oficina



Fonte: Acervo da escola pesquisada, 2015.

Machado e Machado Filho (2014, p. 301) nos chamam atenção sobre o cuidado com a diversidade de plantas cultivadas que a horta deve ter, para que não tenha o desequilíbrio ecológico, pois compromete a produção das hortaliças. “A diversidade deve ser distribuída na área, os cultivos não devem ser amontoados, em pequenas monoculturas, para tanto fazemos a consorciação e rotação de cultivo”.

Figura 14 - Momento de confecção durante a oficina de reutilização de garrafas



Fonte: Acervo da escola pesquisada, 2015.

Durante as atividades da oficina de reutilização de garrafas pet e papelão, os educandos foram orientados a coletar materiais recicláveis na comunidade e na escola. Eles conseguiram várias garrafas pets, caixas de papelão, tampas de garrafas e papelão, em seguida

confeccionaram objetos que hoje são usados na escola como, por exemplo, os pufes¹⁶; também produziram brinquedos e materiais didáticos; todo o processo de confecção foi desenvolvido em coletivo.

Através da (Figura 14) é possível perceber a interação dos educandos na confecção dos objetos. Foi um momento de muita aprendizagem, pois viram que através do trabalho de reciclagem puderam confeccionar outros objetos e ao mesmo tempo contribuir com a preservação do meio ambiente, evitando a poluição e problemas de saúde, pois sabemos que algumas ações do homem causam desequilíbrio à natureza e em muitos casos as consequências afetam a saúde das pessoas de forma assustadora.

Com essas atividades em especial a atividade com a horta escolar foi possível identificar nos participantes um novo olhar sobre o meio ambiente, refletindo a importância de relacionar teoria e prática a partir das atividades vivenciadas nas oficinas. Reimer (2004) ressalta o cuidado com o meio ambiente, por meio de oficinas na perspectiva ecológica.

[...] é importante deixar claro que quando se fala de perspectiva ecológica, trata-se de uma questão de como ver e compreender as relações e o desenvolvimento humano nos tempos atuais. Quando se busca levar os alunos e alunas a criar uma sensibilidade para todo um conjunto de problemas e desafios (REIMER 2004, p. 54).

Assim, trabalhar na perspectiva ecológica na Educação do Campo por meio de oficinas poderá contribuir com o despertar dos educandos para interagir nos espaços de formação, seja em aulas de campo ou na própria sala de aula, tornando-os mais criativos e atrativos.

Após a realização das atividades vinculadas à referida pesquisa, a escola recebeu uma visita de monitoramento do projeto de pesquisa realizada no dia 07 de outubro de 2015. Nessa visita a gestora e uma educadora apresentaram através de uma entrevista semiestruturada as contribuições que a escola recebeu com o desenvolvimento da pesquisa.

Durante a entrevista perguntamos à gestora como surgiu a necessidade de trabalhar a questão do PPP.

Geralmente a cada mandato assim a gente sentava para fazer o PPP, não é de agora, mais a gente já vinha trabalhando né, de repente surgiu elas e a gente pediu, vamos participar junto, porque só assim você trará ideias novas né de acordo como elas estavam vendo e a gente fizemos juntos o trabalho.

¹⁶ Nome dado a um objeto produzido com garrafas pets, ele é usado como lugar para as pessoas sentar.

Na fala da gestora ela deixa claro que a cada mandato a instituição senta para trabalhar o PPP, ou seja, fazer alterações; com a vinda da estagiária, melhorou o trabalho, porque ela contribuiu com novas ideias para acrescentarmos no PPP de acordo com sua experiência.

Para a educadora perguntamos: o que vê como resultados positivos a partir da pesquisa?

São vários resultados, porque assim, eu acho que foi a primeira equipe que veio para de fato ver tudo, assim pegar tudo, como era, como foi, como tá... e ajudar na elaboração do PPP, porque a gente sempre fazia tudo sozinha, tinha essa história de escola do campo, a gente não entendia muito, depois com as meninas aí já que foi clareando, a gente nunca teve um treinamento assim né. Mas assim pela secretaria de educação eu sempre digo isso ao secretário e todo canto eu digo nós das áreas de assentamentos nunca fomos considerados com a diversidade que nós temos... Mais assim aquele olhar diferenciado para as áreas de assentamentos, a secretaria de educação nunca deu esse olhar diferenciado para diversidade, é tanto que a gente entrava em conflito. E assim com as meninas, clareou mais a história da metodologia, do que a gente já vem fazendo, deu uma certa clareza nos objetivos, até acho que melhorou, e, acompanhar toda essa história, a gente nunca teve, foi um passo... as outras comunidades até fizeram PPP, mais é bem diferente do nosso. Foi uma parte que ela colaborou muito.

Através do depoimento da educadora podemos ver que a pesquisa contribuiu muito, principalmente em relação à elaboração do PPP, pois poucas instituições têm um documento que foi construído em coletivo voltado para as questões vinculadas à realidade das escolas do campo. A pesquisa promoveu uma melhor reflexão sobre a educação do campo. Outra questão que podemos comentar é a ausência do olhar diferenciado para as escolas do campo; sabemos que o campo tem sua diversidade, pouco é discutido dessa realidade, parece fazer diferença incluir o campo nos momentos de discussões dos gestores das secretarias municipais, principalmente da secretaria de educação.

5 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

A realização deste estudo monográfico buscou analisar o processo de (re) construção do projeto político-pedagógico da Escola Municipal Santa Lúcia na perspectiva da Educação do Campo.

Através do estudo foi possível conhecermos a luta dos movimentos sociais por uma Educação do Campo. A década de 90 é marcada pelo início dessa luta, os movimentos sociais lutavam por terra; com o passar do tempo viram a necessidade de lutar também por educação. Então, começaram a reivindicar uma educação de qualidade para o campo, vinculada à realidade dos sujeitos que vivem no campo.

O início da luta pela materialização da proposta de Educação do Campo foi marcado pela realização de vários momentos como: encontros, reuniões, seminários e conferências. O objetivo desses eventos era discutir o projeto de educação que no campo prosperava. Nessa luta contaram com o apoio e a participação de universidades, sindicatos, ONGs, educadores e militantes dos movimentos sociais que defendem o projeto de Educação do Campo.

Compreendemos que a luta por uma Educação do Campo continua, porém já conseguimos algumas conquistas importantes; podemos destacar a criação e aprovação das Diretrizes Operações para a Educação Básica nas Escolas do Campo: Parecer nº 36/2001 e Resolução CNE/CEB nº 01 de 03 de abril de 2002. Outra conquista é o Decreto nº 7.352 publicado em 04 de novembro de 2010. São conquistas importantes no âmbito das políticas públicas para o campo, porém em algumas escolas essas conquistas não são reconhecidas e tampouco demonstram interesse em trabalhar na perspectiva da Educação do Campo.

Algumas escolas localizadas no campo apresentam um quadro preocupante, pois não têm um projeto de formação continuada para os educadores, para assim fortalecer a luta e consequentemente efetivar a Educação do Campo nas instituições; as condições físicas são precárias, não oferecem conforto tanto para os educadores como para os educandos, parece que os gestores públicos não têm interesse que a população do campo receba uma educação de qualidade.

A pesquisa mostrou também que a secretaria municipal de educação do município de Araçagi não tem um olhar diferenciado para as escolas localizadas no campo; não inclui na pauta das discussões a questão da diversidade que existe no campo, principalmente nas áreas de Assentamentos da Reforma Agrária, em alguns momentos isso foi motivo de conflito entre secretaria e educadores que atuam nessas escolas.

A partir das observações e do levantamento de dados sobre a história do Assentamento Santa Lúcia é possível afirmar que a história do referido assentamento é fruto da luta e resistência dos trabalhadores que lutaram pelos seus direitos trabalhistas e a posse da terra. Foram vários desafios vivenciados ao longo da luta, eram constantes as perseguições, ameaças, ações judiciais e destruições de lavouras. Esses fatos marcaram a trajetória de luta dos trabalhadores. Porém, a determinação, a esperança e a união contribuíram para que eles alcançassem a vitória.

Durante a pesquisa encontramos muitas dificuldades em relação à (re) construção do PPP, pois alguns dos envolvidos no processo de construção queriam inserir pontos relacionados à educação do Campo, mas não tinham o domínio da temática; isso exigiu bastante pesquisa e leitura. Outros queriam participar da elaboração da proposta, mas falavam que não tinham tempo suficiente para se reunir com o coletivo da escola; às vezes os trabalhos ficavam parados porque não podíamos tomar as decisões senão no coletivo.

Em meio a tantas barreiras conseguimos realizar o trabalho, buscamos destacar pontos importantes no momento de descrição das metas, ações, objetivos e atividades pedagógicas. Algumas dessas atividades foram desenvolvidas pela instituição com apoio da gestora, educadores, educandos, pais de educandos, assentados e secretaria municipal de educação. Essas atividades despertaram nos participantes uma nova impressão em relação ao papel da escola, que deve trabalhar em parcerias, promovendo momentos de interação entre escola e família; eles viram que o trabalho coletivo entre comunidade e escola é importante, pois através das atividades acontece a troca de saberes e melhora a relação entre todos na instituição.

Concluimos que o PPP é um documento que tenta mostrar a realidade da instituição de ensino e expressa o desejo de todos que fazem parte da escola. Embora o PPP da escola pesquisada apresente as metas educacionais para melhorar a qualidade da educação oferecida à população, é preciso fazer sempre a socialização com a comunidade escolar para que todos tenham conhecimento do documento que sistematiza e norteia a proposta da instituição.

Portanto, após sua elaboração, o PPP precisa ser usado como referência para direcionar as ações que possam trazer melhorias para a escola. Também é importante que o coletivo da escola esteja retomando algumas discussões sobre as dificuldades para efetivação da proposta pedagógica.

REFERÊNCIAS

ALVES FILHO, Francisco. País Sujo. **Revista Isto É**, n. 1696, 03 abr. 2002.

ARAÚJO, Ismael Xavier; SILVA, Severino Bezerra. **Educação do campo e a formação sociopolítica do educador**. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2011.

ARROYO, Miguel Gonzalez; CALDART, Roseli Salete; MOLINA, Monica Castagna. **Por uma educação do campo**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

BATISTA, Maria do Socorro Xavier. **Da luta às políticas de educação do campo**: caracterização da educação e da escola do campo. Anais 22º Encontro de Pesquisa Educacional do Norte e Nordeste (EPENN), Natal-RN, 2014.

_____. Estado, Luta de Classes, Movimentos Sociais e as Políticas de Educação do Campo. In: _____ (Org.). **Movimentos sociais e políticas públicas de educação do campo**: pesquisa e práticas educativas. João Pessoa: Editora da UFPB, 2011.

_____. O campo como território de conflitos, de terras sociais e movimentos populares. In: SCOCUGLIA, Afonso Celso; JEZINE, Edineide (Org.). **Educação Popular e Movimentos Sociais**. João Pessoa: Ed. Universitária, 2006.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **A educação Popular na escola cidadã**. Petrópolis: Vozes, 2002.

_____. (Org.). **Pesquisa participante**. São Paulo: Brasiliense, 1999.

BRASIL. **Caderno de orientações pedagógicas para formação de educadoras e educadores**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2010a. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?Option=com_docman&view=download&alias=5714-escola-ativa-orientacoes-pedagogicas&Itemid=30192>. Acesso em: 12 nov. 2015.

BRASIL. Decreto 7.352 de 4/11/2010 Dispõe sobre a política de educação do campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária - PRONERA.

_____. **Constituição Federal Brasileira**. Brasília: Senado Federal, 1988.

_____. **Diretrizes Complementares para o atendimento da Educação Básica do Campo**. Resolução CNE/CEB nº 2. Brasília-DF: MEC, 2008.

_____. **Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica**. Brasília: MEC, 2013.

_____. **Diretrizes Operacionais para Educação Básica nas Escolas do Campo**. Resolução CNE/CEB nº 01/2002, Conselho Nacional de Educação. Brasília: Senado Federal, 2002.

_____. **Lei Federal de nº. 9394/96**, de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB. Brasília: MEC/SEF, 1996.

_____. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Manual de operações do PRONERA**. Brasília-DF, 2004.

_____. **Parecer CNE/CEB n° 1/2006**. Brasília: MEC: Conselho Nacional de Educação, 2006.

_____. **Parecer CNE/CEB n°36/2001**. Brasília: MEC: Conselho Nacional de Educação, 2001.

_____. **Resolução CNE/CEB n° 4/2010**. Brasília: MEC: Conselho Nacional de Educação, 2010c.

CALDART, Roseli Salete. Elementos para Construção do Projeto Político-Pedagógico da Educação do Campo. In: MOLINA, Monica Castagna; JESUS, Sonia M. S. Azevedo de (Org.). **Contribuições para Construção de um Projeto de Educação do Campo**. Brasília, 2004a. v. 5.

_____. **Pedagogia do Movimento Sem Terra**. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2004b.

_____. **Pedagogia do Movimento Sem Terra**. Petrópolis: Vozes, 2000.

_____. Por Uma Educação do Campo: Traços de uma identidade em construção. In: KOLLING, Edgar Jorge; CERIOLI, Paulo Ricardo; CALDART, Roseli Salete. **Educação do Campo: Identidade e Políticas Públicas**. N. 4. Brasília: Articulação Nacional Por Uma Educação do Campo, 2002.

CARVALHO, I. C. M. **Educação Ambiental: a formação do sujeito ecológico**. São Paulo: Cortez 2006.

DIAS, Dêvisson Luan; SILVA, Poliana Reijane Souza. Projeto Educando com a Horta Escolar e a Gastronomia: Ressignificando o Currículo Escolar da EFA-Escola Família Agrícola. SIMPÓSIO BAIANO DE GEOGRAFIA AGRÁRIA E SEMANA DA GEOGRAFIA DA UESP, 2013, Anagé-BA. **Anais...** Anagé-BA, UESP, 2013. Disponível em: <<http://www.ueb.br/eventos/sbga/anais/arquivo/arquivo%2026Pdf>>. Acesso em: 11 dez. 2015.

DIAS, Regina Arruda. Pedagogia da Alternância: Participando da sociedade civil na construção de uma educação sustentável e cidadã. In: QUEIROZ, João Batista Pereira de; SILVA, Virginia Costa; PACHECO, Zuleika (Coord.). **Pedagogia da alternância: Construindo a educação do campo**. Goiânia: Ed da UFCG; Brasília: Ed. Universa, 2006.

DOSSIE MST ESCOLA. **Documentos e Estudos 1999-2001**. Veranópolis, RS: ITERRA, 2005. (Caderno de Educação n° 13).

EMEF SANTA LÚCIA. **PPP. Projeto Político Pedagógico**. Araçagi, Paraíba, 2015.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Diretrizes de uma Caminhada. In: KOLLING, Edgar Jorge; CERIOLI, Paulo Ricardo; CALDART, Roseli Salete. **Educação do Campo: Identidade e Políticas Públicas**. n. 4. Brasília: Articulação Nacional Por Uma Educação do Campo, 2002.

_____. Por uma educação básica do campo. In: ARROYO, Miguel Gonzalez; FERNANDES, Bernardo Mançano. **A educação básica e o movimento social do campo**.

Articulação Nacional Por uma Educação Básica do Campo. Brasília: UnB, 1999. (Coleção Por uma educação básica do Campo, n° 2).

FERNANDES, Bernardo Mançano; CERIOLI, Paulo Ricardo; CALDART, Roseli Saete. Primeira Conferência Nacional "Por uma Educação Básica do Campo" (Texto Preparatório). In: ARROYO, Miguel Gonzalez; CALDART, Roseli Saete; MOLINA, Monica Castagna (Org.). Por uma Educação do Campo. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

FERNANDES, Bernardo Mançano; MOLINA, Monica C. O Campo da Educação do Campo. In: MOLINA, M. C.; JESUS, Sonia M. de (Org.). **Contribuições para Construção de um Projeto de Educação do Campo Por uma Educação do Campo**. n. 5. Brasília: Articulação Nacional, 2004.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda (Org.). **Minidicionário da língua portuguesa**. 4. ed. rev. ampl. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

FONEC. Fórum Nacional de Educação do Campo. **Notas para análise do momento atual da educação do Campo**. Trabalho apresentado no Seminário Nacional, BSB, 15 a 17 de agosto de 2012. Disponível em: <<http://www.gepee.ufscar.br/textos-1/textos-educacao-do-campo/notas-para-analise-do-momento-atual-da-educacao-do-campo/view>>. Acesso em: 22 out. 2012.

FREIRE, Paulo. **A educação na cidade**. São Paulo: Cortez, 1991.

_____. **Pedagogia do Oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

GANDIN, Danilo. **A prática do planejamento participativo**. 10. ed. Petrópolis: Vozes, 1991.

GEISIEGEL, Celso de Rui. **Política e educação popular: a teoria e a prática de Paulo Freire no Brasil**. Brasília: Líber Livro, 2008.

INCRA/EMATER. **Plano de Desenvolvimento Agrário do Assentamento Santa Lúcia**. Araçagi-PB, 2001.

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Censo Escolar. **Fechamento de escolas rurais**. 2014. Disponível em: <www.google.com.br/fechamento-de-escolas-rurais>. Acesso em: 01 fev. 2015.

_____. **Censo Escolar 2011**. Disponível em: <educacao.uol.com.br/.../brasil-tem-mais-de-45-mil-escolas-com-turmas-multisseriadas>. Acesso em: 01 fev. 2015.

KOLLING, Edgar; NERY, FSC, Ir.; MOLINA, Mônica Castagna (Org.). **A educação básica e o movimento social do campo** (Memória). Articulação Nacional Por uma Educação Básica do Campo. Brasília: UnB, 1999.

LEITE, Sérgio Celani. **Escola rural: urbanização e políticas educacionais**. São Paulo: Cortez, 1999. (Questões da nossa época).

LIBANEO, José Carlos. **Didática**. São Paulo: Cortez, 1994. (Coleção Magistério, 2° grau. Série formação do professor).

MACHADO, Luiz Carlos Pinheiro; MACHADO FILHO, Luiz Carlos Pinheiro. **Dialética da Agroecologia**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2014.

MARINHO, Ernandes Reis. **Um olhar sobre a educação rural brasileira**. Brasília: Universa, 2008.

MOLINA, Monica C.; JESUS, Sonia M. de (Org.). **Contribuições para Construção de um projeto de Educação do Campo por uma Educação do Campo**. Brasília: Articulação Nacional, 2004. n. 5.

PAIVA, Ivanilda. **História da Educação Popular no Brasil: Educação Popular e Educação de Adultos**. 6. ed. São Paulo: Loyola, 2003.

PENTEADO, Thaís Carvalho Zanchetta. **Projeto Político Pedagógico: reflexões sobre dificuldades, limites e possibilidades**. Dissertação (Mestrado) - Pontifícia Universidade Católica, Campinas, 2008.

PEREIRA, Antônio. **Pedagogia do movimento camponês na Paraíba: das ligas aos assentamentos rurais**. João Pessoa: Ideia; Editora Universitária, 2009.

PEREIRA, Maria Zuleide da Costa. Currículo e autoopoiése: a produção do conhecimento. In: PEREIRA, Maria Zuleide da Costa; GONSALVES, Elisa Pereira; CARVALHO, Maria Eulina Pessoa de (Org.). **Currículo e contemporaneidade: questões emergentes**. Campinas: Alínea, 2004. (Coleção Educação em Debate).

PILETTI, N.; PILETTI, C. **História e vida integrada**. São Paulo: Ática, 2000. v. 3.

REIMER, Haroldo. A casa global: sobre textos bíblicos em perspectiva ecológica no ensino religioso. In: SILVA, Valmor (Org.). **Ensino Religioso: educação centrada na vida, subsídio para formação de professores**. São Paulo: Paulus, 2004.

ROCHA, Geraldo Lyrio. **Ensino religioso faz parte da educação integral**. São Paulo: Agência Brasil, 2008.

RODRIGUEZ, Janete Lins (Coord.). **Cartilha paraibana: aspectos geo-históricos e folclóricos**. João Pessoa: Grafset, 1993.

ROZA, L. da F. **A Ideologia nas imagens fotográficas do Livro Didático de Ensino Religioso: Descobrendo caminhos**. Dissertação (Mestrado em Semiótica Tecnologia de Informação e Educação) - Universidade Braz Cubas, Mogi das Cruzes, 2006.

RUEDELL, Pedro. **Fundamentação antropológico-cultural da religião segundo Paul Tilich** - Perspectivas pedagógicas abertas frente aos dispositivos legais vigentes. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Educação do Centro de Ciências Humanas, São Leopoldo: Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2005.

SANTOS, Edineide da Cunha. **As classes multisseriadas no contexto da educação do campo**. 2014. Disponível em: <www.webartigos.com/artigos/as-classes-multisseriadas-no-contexto-da-educacao-do-campo>. Acesso em: 03 nov. 2015.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia**: Teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre educação e política. São Paulo, Cortez; Autores Associados, 1983.

_____. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. 4. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2013. (Coleção memória da educação).

SILVA, Geralda Francisca da. **Prática docente na Escola Municipal Santa Lúcia e suas articulações/desarticulações com a educação do campo** - Araçagi (PB). 2015. Monografia (Pós- Graduação) - Universidade Federal da Paraíba-UFPB, Bananeiras, 2015.

STRECK, Danilo R.; REDIN, Euclides; ZITKOSKI, Jaime José (Org.). **Dicionário Paulo Freire**. 2. ed. rev. e ampl. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da pesquisa ação**. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2003. (Coleção temas básicos de pesquisa).

TOLEDO, Maria Cristina Moiana de. **A Escola do Campo e a Pesquisa do Campo**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2006.

VASCONCELLOS, Celso dos S. **Planejamento de Ensino-Aprendizagem e Projeto Político Pedagógico**. 7. ed. São Paulo: Cadernos Libertad-1, 2000.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. Inovações e projeto-pedagógico: uma relação regulatória ou emancipatória? **Caderno Cedes**, v. 23, n. 61, Campinas, dez. 2003.

_____. Projeto Político Pedagógico: novas trilhas para a escola, In: _____. **As dimensões do projeto político pedagógico**. Campinas, São Paulo: Papyrus, 2001.

_____. Projeto Político da Escola: uma construção coletiva. In: _____ (Org.). **Projeto Político Pedagógico da Escola**: uma construção possível. Campinas, SP: Papyrus, 1995.

VERDEJO, M. E. **Diagnóstico Rural Participativo** - guia prático DRP. Brasília: SAF/MDA, 2006.

WANDERLEY, Luiz Eduardo. **Educação popular**: metamorfoses e veredas. São Paulo: Cortez, 2010.

ANEXOS

ANEXO A - Modelo de PPP adotado pela Secretaria Municipal de Educação de Araçagi-PB

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO – PPP

1- APRESENTAÇÃO

2- IDENTIFICAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DA ESCOLA

- 2.1- Nome
- 2.2 – Localização
- 2.3 – Lei de funcionamento
- 2.4 – Unidade Mantenedora (Secretaria de Educação)
- 2.5 – Modalidades de Ensino (Ed.Infantil\Fundamental I e II)
- 2.6 – Quadro com Número de alunos por série e turno
- 2.7 – Histórico da Escola
- 2.8 – Administração e Coordenação Pedagógica (atual gestores e coordenadores)

3 - ESCOLA E COMUNIDADE – CARACTERIZAÇÃO

- 3.1 - Recursos Físicos (salas, cozinha,banheiros,auditórios,espaço livre etc)
- 3.2 - Recursos Técnicos e Pedagógicos(equipamentos, móveis, eletros etc)
- 3.3- Recursos Humanos (funcionários e corpo docente)
- 3.4- Conselho escolar (objetivo e membros)

4 – DIAGNÓSTICO DA REALIDADE

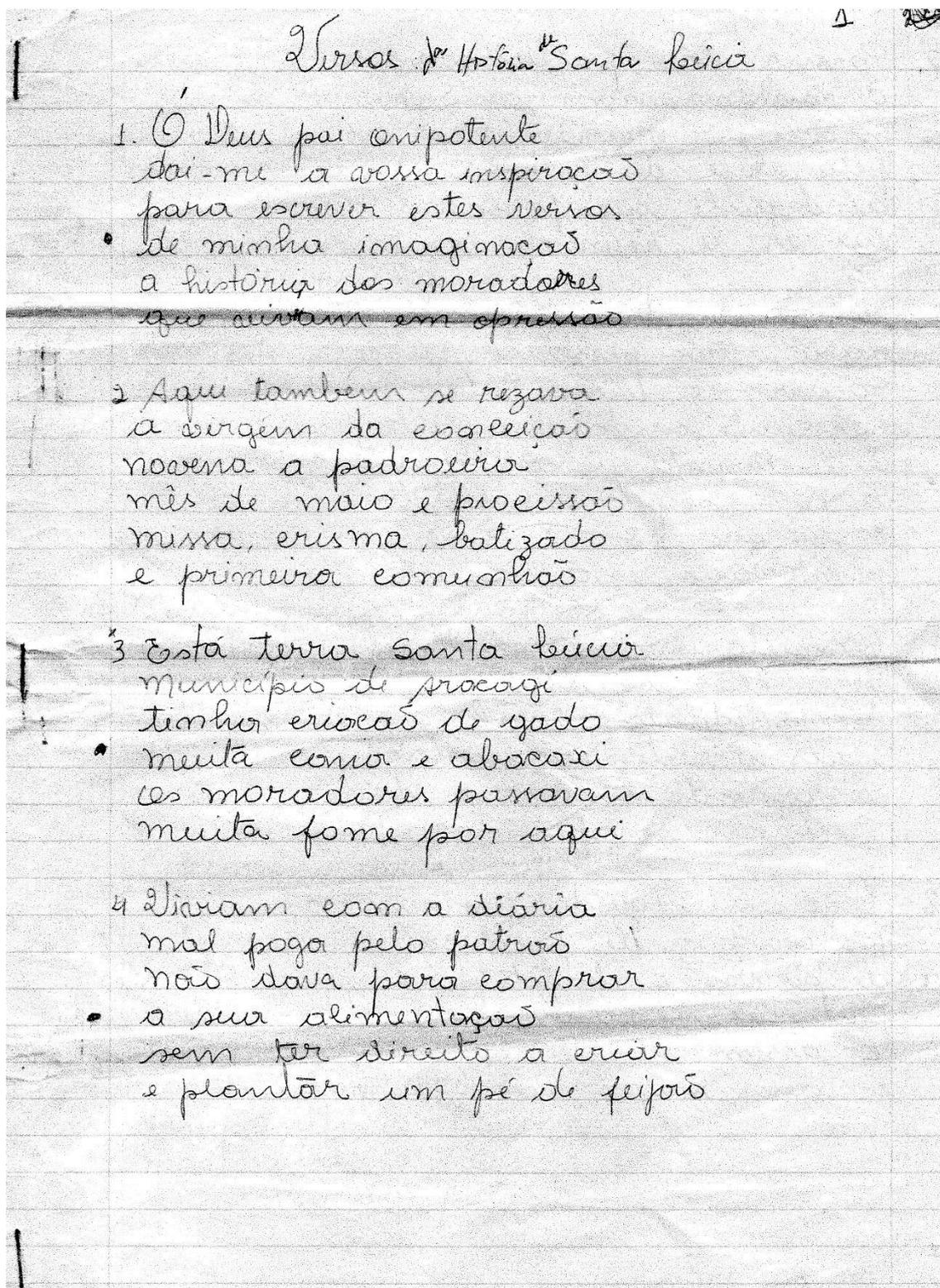
- 4.1- Objetivos da escola
- 4.2- Missão da escola
- 4.3- Pontos fortes e pontos fracos da escola

5- PLANO DE AÇÃO

- 5.1- Metas e ações da escola (projetos,eventos etc)
- 5.2- Avaliação

6- CONSIDERAÇÕES FINAIS

ANEXO B - Versos da História de Santa Lúcia, autora Maria Salete, assentada do
Assentamento Santa Lúcia-Araçagi-PB.



- 5 Porém não participava de nenhuma organização porque era vigiado pelo chefe do patrão aí daquele que pensasse em ir a reunião
- 6 Movimento de mulheres aqui esteve presente Socorro e Maria Preta conscientizando essa gente encorajando as mulheres a lutar seguir em frente e no ano 88 plantaram essa semente
- 7 Orientaram as mulheres pro elas se associar no sindicato rural seus direitos conquistar e quando chegar a idade poderem se aposentar
- 8 Logo em seguida formaram os grupos de produção de porcos e batata-doce pra sua alimentação e assim se libertaram e tiveram organização (da triste situação)

- 6 Foram se organizando indo a reuniões entrando no sindicato contando a situação tudo com muito cuidado pra não ser denunciado a seu perverso patrão.
- 8 Pois este povo explorado devido da situação começaram a se unir
- trabalhar em multidão só assim era possível mudar a situação
- 9 7 Eram pessoas corajosas um homem e uma mulher dizia um para o outro não dois tem que ser fiel não dizer para ninguém o que é que agente quer a mulher era Maria e o homem heis eolier
- 93 9º O Dr. Walter Maroja percebe a organização convoca os moradores pra uma reunião
- todos compareceram cumprindo a obrigação mostrando que eram fiéis a serviço do patrão

- 11 Com sua sabedoria
pensando em facilitar
a sua situação
iria legalizar
junto ao INSS
as famílias e adotar
e se livrar de uma multa
do governo federal
- 10 Porém eles não ~~se~~ pensaram
que ele iria negar
seus direitos adquiridos
do tempo que estava lá
assinando as carteiras
sem seus direitos pagar
- 12° No ano 94
a luta foi pra valer
o Sindicato rural
junto com a CPT
fizeram um levantamento
pra situação rever
e juntos aos trabalhadores
os direitos defender
- 13 O gado do fazendeiro
fazia destruição
deitava com as lavouras
dava a maior confusão
o povo se reuniu
pediu desapropriação

2

14 O sindicato feziente
a sua federação
dos fatos acontecidos
das ameaças do patrão
ela comunica ao INCRA
e pede agilização

15° foram se passaram anos
na mesma situação
toda vez que se plantava
• vinha a destruição
com ameaças de morte
e mandado de prisão

16° Os processos na justiça
camionavam lentamente
fazem novos defensores
• sempre faziaiente
a luta é demorada
mais a vitória é doce.

17° Estavam o grupo reunido
^{Por uma ocasião}
~~na casa de seu pai~~
chega um oficial
dizendo sem distinção (com precisão)
você foram - condenados
a 20 anos de prisão
o padre e o presidente
não ficaram fora não

18* Mais como Deus é tão bom
para quem nele têm fé
beredita que ele existe
e que é um pai fiel
sempre encontra saída
e um dia muda de vida
transformando fé em mel

20* Depois todos se reúnem
na casa de seu pai
para contar alguns fatos
e buscar informações
quando chega um doutor
falando de emissão

19* Assim Deus nos protegeu
estendendo sua mão
no ano 95
• saiu de apripriados
celebramos uma missa
a virgem do comércio.

21* A fazenda Santa Lúcia
é um terra fértil e boa
com mais de mil hectares
contamos com 100 famílias
mas de 500 pessoas
aquí todos ~~trabalham~~ tem
trabalho
ninguém aqui ficou toa
~~na cidade~~
Aqui não existe mais
nem patrões e nem patroas

22. Aqui termino meus versos
junto com o povo feliz
me desculpem tudo errei
de algo que esqueci
agora vamos cantar
o Hino do nosso país.

ANEXO C - Decreto de 10 de novembro de 1995

Presidência da República
Casa Civil
Subchefia para Assuntos Jurídicos

DECRETO DE 10 DE NOVEMBRO DE 1995.

Declara de interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural denominado "FAZENDA SANTA LÚCIA", situado no Município de Araçagi, Estado da Paraíba, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 84, item IV, e 184, da Constituição, e nos termos dos artigos 18 e 20, da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, 2º, da Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, e 2º, da Lei Complementar nº 76, de 6 de julho de 1993,

DECRETA:

Art. 1º Fica declarado de interesse social, para fins de reforma agrária nos termos dos arts. 18, letras "a", "b", "c" e "d", e 20, item V, da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, e 2º, da Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, o imóvel rural denominado "FAZENDA SANTA LÚCIA", com área de 1.266,0000 ha (um mil, duzentos e sessenta e seis hectares), situado no Município de Araçagi, objeto do registro nº R-1.888, Fls. 75, do Livro 2-L, do Cartório do Registro de imóveis de Protestos de Títulos da Comarca de Guarabira, Estado da Paraíba.

Art. 2º Excluem-se dos efeitos deste Decreto os semoventes, as máquinas e os implementos agrícolas, bem como as benfeitorias existentes no imóvel referido no artigo anterior e pertencentes aos que serão beneficiados com a sua destinação.

Art. 3º O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA fica autorizado a promover a desapropriação do imóvel rural de que trata este Decreto, na forma prevista na Lei Complementar nº 76, de 6 de julho de 1993, e manter a área de Reserva Legal, preferencialmente em gleba única, de forma a conciliar o assentamento com a preservação do meio ambiente.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 10 de novembro de 1995; 174º da Independência e 107º da República.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO
José Eduardo de Andrade Vieira

Este texto não substitui o publicado no DOU de 11.11.1995